



# Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1983  
(QUARTA-FEIRA)**

MENSAGEM 65/83

Curitiba, 08 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Na forma do disposto no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do nº 3 do parágrafo único do art. 26 e arts. 57 e 58 da Carta Estadual.

Cumprindo determinação contida no parágrafo único do art. 96 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, estabeleceu normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual, fixando o prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua publicação, para os Estados adaptarem-se aos preceitos da Lei. No Paraná esse prazo não foi observado e, embora em julho do ano passado houvesse a Procuradoria-Geral de Justiça apresentado estudo propondo o encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo, nada foi feito. Mas o governo estadual empossado em 15 de março último, entendendo o papel relevante do Ministério Público, pretende dotá-lo imediatamente de uma estrutura que o transforme num órgão independente, capaz de realizar a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade.

Para tanto e visando ao cumprimento da determinação da Lei Complementar Federal, é proposta a emenda constitucional em apenso, com a seguinte justificativa:

**1 — Artigo 26, parágrafo único, nº 3**

A atual redação trata do “Estatuto do Ministério Público”, enquanto que a proposta, mais abrangente e condizente com as normas federais, refere-se à “Lei Orgânica do Ministério Público”, compreendendo, assim, não só as disposições estatutárias como também a organização e atribuições da Instituição.

**2 — Artigo 57**

Dispõe o art. 57, caput que “o Ministério Público será organizado em carreira por lei estadual”. Nada mais. Entretanto, a importância do Ministério Público está a exigir, como já fez a Lei Complementar nº 40/81, seja constitucionalmente conceituado. Daí afirmar-se ser instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, sendo organizado em carreira, de acordo com Lei Orgânica que observará os princípios ora propostos.

2.1 — O inciso I, transcrevendo regra do art. 45 da Lei Complementar nº 40/81, estabelece que o ingresso na carreira se fará no cargo inicial, mediante concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e com a participação de representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

2.2 — O inciso II assegura a irredutibilidade de vencimentos e, observada a regra federal (art. 17), reconhece a garantia da estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada ampla defesa.

2.3 — O inciso III dispõe que a remoção compulsória, prevista no art. 49 da Lei Complementar nº 40/81, será precedida de ampla defesa. E assim o faz porque, embora não prevista como pena, a medida representa, na verdade, uma sanção disciplinar. Para tanto, basta cotejo com o art. 42, inc. III, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que a aponta como pena disciplinar. Daí a necessidade de asseguramento de ampla defesa.

2.4 — O inciso IV trata dos critérios de promoção (Lei Complementar nº 40/81, art. 47), não só na primeira como

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Gernote Kirinus.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Mário Pereira (57), achando-se em licença o Senhor Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação a ata que acaba de ser lida. — Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) Trinta e três Srs. Deputados responderam a chamada. Em votação a ata. — Aprovada.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença nesta Assembléia Legislativa, da Senhora Secretária de Estado da Educação e Cultura, Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES.

Designo uma Comissão composta pelos Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Adhail Sprenger Passos e Senhora Deputada Irondi Pugliesi, para receberem e acompanhar a ilustre Secretária, até o recinto do Plenário.

Está suspensa a sessão por alguns instantes, até que a ilustre visitante seja introduzida no plenário.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está reaberta a sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

também para a segunda instância.

2.5 — O inciso V, repetindo salutar norma do atual Estatuto, assegura ao membro do Ministério Público permanecer em lista de promoção por merecimento, salvo decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público. E o inciso VI determina a compulsória promoção do membro do Ministério Público que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento. Essas duas garantias completam-se. De que serviria a permanência em lista se não se garantisse a obrigatória promoção após determinado número de listas? E de que valeria assegurar a promoção compulsória se não se garantisse a permanência em lista? De nada valeria, praticamente, uma garantia sem a outra.

2.6 — Os incisos VII, VIII e IX correspondem, respectivamente, aos arts. 16, 19 e 24, II, da Lei Complementar nº 40/81 (sujeição dos membros do Ministério Público a regime jurídico especial, assegurada independência no exercício de suas funções, foro competente para julgamento nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional, e vedação do exercício da advocacia privada).

2.7 — O inciso X dispõe que o Ministério Público prestará assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios. Essa norma traduz, a nível constitucional, uma atuação que a Instituição vem desenvolvendo, por ser inerente aos seus objetivos, permanentemente voltados para a defesa dos interesses sociais.

2.8 — O inciso XI assegura a revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual sempre que revistos os da magistratura. Trata-se de regra consagrada de tratamento há muito vigente, de dar-se ao Ministério Público iguais percentuais de aumentos de vencimentos e vantagens, como dispuseram, dentre outras, a Lei nº 7.696, de 5 de janeiro de 1983, que majorou, a partir de 1.º de janeiro, último, os vencimentos do funcionalismo do Estado, e as Leis nºs 7.442 e 7.443, de 29 de dezembro de 1980, e 7.546, de 12 de março de 1982, e os Decretos nºs 4.007 e 4.008, de 7 de agosto de 1981, e 4.910, de 12 de março de 1982, que dizem respeito a verba de representação para as duas classes. Nem se poderá acoiar de inconstitucional o preceito, pois não manda equipar vencimentos com os de qualquer outra classe, mas apenas trata de conceder igual percentual de aumento.

2.9 — O inciso XII regulamentando o parágrafo único do art. 43 e o art. 44 da Lei Complementar nº 40/81, relativo aos proventos do aposentado e à pensão por morte, devida aos dependentes de membros do Ministério Público, dispõe que serão reajustados sempre que se verificarem os aumentos de vencimentos concedidos aos membros do Ministério Público em atividade.

2.10 — O inciso XIII estabelece que a aposentadoria ocorrerá compulsoriamente, aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e voluntariamente aos trinta anos de serviço, sempre com vencimentos integrais. Regulamentou-se, assim, o art. 43 da Lei Complementar nº 40/81. No que se refere à aposentadoria voluntária, trata-se de regra já consagrada no atual Estatuto (art. 74, inciso III) e que, embora administrativamente negada no governo passado, vem sendo reiteradamente afirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por seu órgão máximo (Mandado de Segurança nº 8/78, acórdão unânime de 10 de novembro de 1978, relator o Senhor Desembargador Ronald Accioly; Mandado de Segurança nº 7/82, acórdão unânime de 16 de abril de 1982, relator o Senhor Desembargador Thomaz Pessoa; Mandado de Segurança nº 123/82, acórdão unânime de 25 de março de 1983, relator o Senhor Desembargador Mário Lopes). Veja-se que a Lei Complementar nº 40/81, no art. 43, inciso III, possibilita que a Constituição e as leis estaduais fixem, para a aposentação do membro do Ministério Público, prazo diverso do normalmente verificado. Também os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do

Sul, dentre outros, asseguram a jubilação do membro do Ministério Público aos trinta anos de serviço.

2.11 — Os incisos XIV e XV repetem normas dos arts. 4.º e 6.º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 40/81, referentes à autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária própria, e organização dos serviços administrativos com quadro próprio e cargos e remuneração que atendam às peculiaridades do Ministério Público.

### 3 — Artigo 58

Na redação proposta o art. 58 repete a disposição do art. 5.º da Lei Complementar nº 40/81, que esclarece quais os órgãos integrantes da administração superior do Ministério Público.

3.1 — O § 1.º regulamenta as regras dos arts. 6.º e 8.º da Lei Complementar nº 40/81, estabelecendo que o Procurador-Geral de Justiça será nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado, dentre os Procuradores de Justiça, porque a estes incumbem de acordo com o art. 14 dessa Lei, as funções específicas dos membros do Ministério Público na segunda instância.

3.2 — A vedação de o Procurador-Geral de Justiça concorrer ao quinto constitucional (§ 2.º) visa a tornar mais efetiva a autonomia funcional do Ministério Público, princípio institucional consagrado pelo art. 2.º da Lei Complementar nº 40/81.

3.3 — Os §§ 3.º e 4.º repetem normas do art. 9.º, e parágrafos, da Lei Complementar nº 40/81 (constituição, atribuição e competência do Colégio de Procuradores de Justiça). Cumpre observar que o Colégio hoje é composto por apenas vinte e seis Procuradores, mas nada obsta que a Constituição preveja solução (apontada pela Lei Complementar) para a hipótese de vir a ultrapassar a quarenta o número de Procuradores de Justiça. Já prevista a solução, desnecessária será, mais adiante, nova reforma constitucional.

Essas garantias e princípios são imprescindíveis na luta contra injustiças e ilegalidades. Incumbido ao Ministério Público o restabelecimento da ordem jurídica, independentemente do prestígio de quem a tenha transgredido, é de todo indispensável cercar seus integrantes de um mínimo de garantias que os tornem aptos a exercer suas funções, sem temor de represálias, em busca da restauração do ordenamento jurídico violado. Desencadeando a perseguição penal contra humildes ou poderosos, defendendo os direitos de órfãos, interditos ou trabalhadores, o Ministério Público resguarda, sempre, os interesses maiores da sociedade. E sem garantias, sem autonomia funcional, seus integrantes ficam sujeitos a perseguições e pressões de toda ordem, situação essa inconcebível em uma sociedade verdadeiramente democrática.

Certo de que a proposição ora submetida à alta apreciação desse Egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA e seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único — O nº 3 do parágrafo único do art. 26 e os artigos 57 e 58 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 — ... ..

Parágrafo único — ... ..

3 — A Lei Orgânica do Ministério Público;

.....”

“Art. 57 — O Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, é responsável pela

defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, e será organizado em carreira, de acordo com Lei Orgânica, observados os seguintes princípios:

I — ingresso no cargo inicial mediante concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, composta de membros indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, com a participação de representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

II — garantias de irredutibilidade de vencimentos, de inamovibilidade, ressalvado o disposto no inciso seguinte, e de estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada ampla defesa;

III — remoção compulsória para igual entrância, somente com fundamento em conveniência do serviço, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público e assegurada ampla defesa;

IV — promoção de entrância para entrância, segundo os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, observando-se os mesmos critérios para promoção à segunda instância;

V — o membro do Ministério Público que houver figurado em lista anterior de promoção por merecimento só poderá ser excluído da seguinte se em votação preliminar o Conselho Superior do Ministério Público assim o decidir pela maioria absoluta de seus membros;

VI — promoção compulsória quando o membro do Ministério Público figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

VII — os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam de independência no exercício de suas funções;

VIII — os membros do Ministério Público serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e no de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional;

IX — proibição do exercício da advocacia;

X — prestação de assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios;

XI — revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os da Magistratura;

XII — proventos de aposentadoria e pensão por morte, devida aos dependentes de membro do Ministério Público, reajustados sempre que se verificarem os aumentos de vencimentos concedidos aos membros do Ministério Público em atividade;

XIII — aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, ou por invalidez comprovada, e voluntária aos trinta anos de serviço, sempre com vencimentos integrais;

XIV — autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria;

XV — serviço administrativo com quadro próprio e cargos e remuneração que atendam às peculiaridades do Ministério Público."

"Art. 58 — A administração superior do Ministério Público competirá, na forma da lei, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Colégio de Procuradores de Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público.

§ 1.º — O Procurador-Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado em comissão, pelo Governador do Estado, dentre os Procuradores de Justiça.

§ 2.º — Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador-Geral de Justiça concorrer à vaga de que trata o art. 96.

§ 3.º — O Colégio de Procuradores de Justiça compor-se-á de todos os Procuradores de Justiça, definindo a Lei Orgânica

do Ministério Público sua atribuição e competência.

§ 4.º — Excedendo de quarenta e número de Procuradores de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, funcionará com Órgão Especial, cujo número de componentes a lei fixará. Metade do Órgão Especial será integrado pelos Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e a outra metade será eleita pelos demais Procuradores".

— Ao Departamento Legislativo.

#### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo Único — Para assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbe ao Estado, por meio de organismo próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:

I — prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

II — criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

III — promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

IV — promover o estudo das ciências naturais.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio: Rubens Bueno, Sabino Campos, Nilso Sguarezi, Gabriel Sampaio, Tuguio Setogutte, Edgar Pimentel, Irondi Pugliesi, Anibal Khury, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Tadeu Lúcio Machado, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Caito Quintana, Ezequias Losso, Sérgio Spada, Artagão Mattos Leão, Erondy Silvério, Luiz Alberto Oliveira.

#### JUSTIFICATIVA:

A política de defesa do ambiente de qualquer Estado, cujos poderes públicos trabalharam pelo progresso da sociedade que servem, não se compadece com a grave omissão do ordenamento constitucional sobre a tutela do ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos limites da competência do Estado, cumpre formular princípios sob a forma de imposição de deveres aos órgãos estaduais, no sentido de obrigá-los a desenvolver medidas de defesa do meio ambiente, evitando sua degradação.

O objetivo é antes e apenas de dotar o Estado de eficiente ação política que proporcione adequada proteção ao ambiente.

Assim, a presente Proposta transforma-se em oportunidade oferecida à Assembléia Legislativa de sanar uma grave lacuna no ordenamento constitucional, daí porque é de esperar a sua aprovação.

Outrossim, importante ressaltar a participação na elaboração dessa proposta à Emenda da Constituição Estadual do Prof. João José Bigarella, Presidente da ADEA/Nacional e da ABPPOLAR/PR.

Requerimentos:

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei 12/83 que estabelece redução sobre multas, juros e correção, incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPFJ.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto

de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MILTON ROCHA, ocorrido na cidade de Sengés.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos familiares, na cidade de Sengés.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MANOEL GOMES, ocorrido na cidade de Santo Antônio da Platina.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja levada ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua 7 de Setembro, Santo Antônio da Platina - PR.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria dos Transportes e DNER, pedindo reparos na sinalização das rodovias estaduais e federais no Paraná, conforme pedido da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

A falta de conservação das estradas pode provocar acidentes sérios e, devido a intensa movimentação de veículos, aliada às chuvas constantes, as faixas das pistas de rolamento, em muitos trechos, acham-se apagadas. Também os chamados "olhos de gato" precisam de reparo, assim como outros sinais importantes para a tranquilidade dos motoristas.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Assembléia, após ouvido o Plenário, encaminhe sugestão ao Governo do Estado, propondo o desencadeamento de vasta campanha de publicidade, através dos mecanismos de comunicação social, visando restabelecer na população paranaense o indispensável clima de otimismo que conduza o Estado à febricitante tarefa de reconstrução após as calamidades das chuvas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Não bastassem as terríveis vicissitudes impostas pelo alto custo de vida, não bastassem os implacáveis rigores de um sistema tributário que oprime as classes produtivas e empresariais, o povo paranaense foi ainda duramente castigado por uma das maiores calamidades de sua história que foram os quarenta dias diluvianos de incessantes chuvas.

O soerguimento da economia estadual é ingente tarefa e exigir inauditos esforços dos poderes públicos e de cada cidadão. a reconstrução do Paraná, após o desastre das chuvas somente mais de 100 bilhões de prejuízos somente à agricultura, somente será possível dentro de um clima de otimismo.

O propósito de nossa iniciativa é o de sugerir ao Governo do Estado, que dispõe de mecanismos, apropriados através da sua Secretaria de Comunicação Social, o lançamento de uma vasta campanha publicitária, com a adesão patriótica dos órgãos de imprensa, rádio e televisão, que restaure o espírito de confiança em todos os cidadãos. O Paraná é um Estado de largas potencialidades econômicas, habitado por valoroso povo que faz do trabalho sua cotidiana preocupação. Urge arregimentarmos estes recursos para não comprometermos o desenvolvimento futuro.

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente o subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ciclovia, no Município de Apucarana, compreendendo o trecho Fugiwara S/A até a Ind. CIANE (antiga Matarazzo), a fim de atender o grande número de ciclistas e motoqueiros que usam diariamente este trecho.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. LINEU DENI SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes do Paraná, solicitando o estudo da possibilidade de se firmar convênio para a duplicação ou alargamento do Viaduto localizado na Avenida Minas Gerais, no Município de Apucarana - PR, e melhoramentos na pista (rodoviária), saída para Arapongas, pois a permanecer desta forma, continuarão havendo grandes números de acidentes nas imediações acima epigrafadas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente o subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Dr. DELFIM NETO, DD. Ministro do Planejamento, solicitando uma maior agilização no plano de SANEAMENTO do Município de Apucarana - PR, visando o melhoramento daquela rede de abastecimento, tendo-se em vista o grande número de ligações havidas naquele município.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam liberados mais 100 (cem) canais telefônicos para a cidade de Mamborê, bem como 2 (dois) troncos com 10 (dez) aparelhos cada, para o Setor Rural daquele município.

De iniciativa do ilustre Prefeito de Mamborê, Sr. Ivo Bruneta, tal medida visa a antecipação na liberação desses canais com a maior brevidade possível, tendo em vista que só nos últimos 30 dias, foram relacionados mais de 84 pessoas que se dirigiram à municipalidade, pleiteando adquirir aparelhos telefônicos.

Ademais, no decorrer do presente exercício deverá ser instalada uma extensão da Comarca de Campo Mourão, naquele município que, conseqüentemente, irá instalar telefone.

Com a implantação da extensão da Comarca de Campo Mourão deverão ser instalados, naquele município, Cartório de Registro de Imóveis e de Protesto de Títulos e documentos que por certo necessitarão de telefones.

Está previsto também o início das obras do Banco do Brasil S/A, que dependerá de mais telefones, bem como o BANESTADO, BAMERINDUS e Caixa Econômica, também já manifestaram interesse em adquirir mais aparelhos telefônicos.

Atualmente, médicos, gerentes de Bancos e outros profissionais estão a depender da expansão da rede telefônica, para adquirirem seus respectivos aparelhos.

Ante o quadro exposto, achamos ser da máxima importância a expansão da rede telefônica daquele município.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido do envio de 40 (quarenta) bolsas de estudo para serem destinadas a alunos carentes do Colégio de Iretama.

Atendendo solicitação do ilustre Vereador Guaeter Alves de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Iretama, tal pedido visa atender a alunos carentes que freqüentam o Colégio de Iretama, mantido pelo sistema de C.N.E.C., cujas mensalidades são de, no momento, Cr\$ 4.500,00.

Sendo Iretama uma região essencialmente agrícola e estando os trabalhadores passando por dificuldades resultantes da situação agrícola, estas bolsas de estudo viriam possibilitar os alunos carentes a prosseguirem freqüentando as salas de aulas daquele colégio.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam viabilizados estudos para implantação de ensino de segundo grau, no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão, a partir do ano de 1984.

De iniciativa do Conselho Administrativo de Piquirivaí, visa esta medida atender os alunos daquele distrito que, neste ano, concluem a oitava série do primeiro grau e que, para prosseguirem seus estudos, a partir do próximo ano, terão que se deslocar até a sede do Município de Campo Mourão ou Mamborê.

Os alunos freqüentadores da Escola de Primeiro Grau do Distrito de Piquirivaí, são na sua grande maioria, filhos de agricultores, cujo deslocamento para estudar fora do distrito, tornar-se-ia quase inviável, sendo compelidos, destarte, a pararem seus estudos por falta de recursos.

Pelo exposto, achamos ser da maior importância, um estudo visando a implantação do segundo grau na Escola Estadual do Distrito de Piquirivaí.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de liberação de verbas para suprir parte do pagamento a professores do Município de Peabiru que lecionam em escolas estaduais, às expensas daquela municipalidade.

Este nosso pedido é a reiteração de igual pedido efetuado pelo ilustre Prefeito de Peabiru, Nelson Proença, objetivando obter recursos para suprir a folha de pagamento dos professores municipais que lecionam em escolas estaduais que atualmente atinge a soma de Cr\$ 1.834.974,00. Levando-se em

consideração a crise porque vem passando todos os municípios paranaenses, o município vê-se na contingência de pleitear verbas junto aos órgãos estaduais, para que o ensino daquela comunidade não sofra solução de continuidade.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Engenheiro Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a agilização na liberação da verba prevista para a construção da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Medianeira, Missal, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Há anos que vem sendo prometida a construção de via asfáltica interligando os importantes municípios do Oeste do Paraná acima citados, todos grandes produtores de cereais e de um destacado rebanho suíno e bovino.

A concretização desta importante obra foi protelada por diversas vezes. O povo foi ludibriado com vãs promessas em seguidas campanhas eleitorais. Adveio o grande mal: a construção da barragem de Itaipu e outra vez a região sofreu reveses terríveis. O povo, no entanto, continuou produzindo na esperança de que chegue um governo sensível às necessidades populares, sensível ao que faz jus uma região altamente produtiva e participante do progresso do Paraná.

Hoje um novo governo. Uma nova filosofia de administrar a coisa pública. Com isso se reascende a esperança de que aquela antiga reivindicação venha se concretizar. Tudo está preparado para o grande acontecimento. As promessas de outrora devem ser sufocadas com a pronta construção asfáltica da importante via.

A liberação da verba necessária para a efetivação do asfalto daquele trecho rodoviário tem até caráter urgente diante de drásticas alterações no sistema viário da região, provocada por inundações da represa de Itaipu e mesmo pelo sensível crescimento industrial a se verificar em todo Oeste do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário da Segurança Pública e Coordenador Estadual da Defesa Civil, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, ofício solicitando imediata ação da Defesa Civil no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu tem sido nos últimos dias violentamente atingida pelas chuvas que ocasionaram enchentes de grandes proporções nos Rios Iguaçu e Paraná, que se encontram 40 metros acima de seus leitos normais. Acrescente-se a isto, o fato de que na madrugada do dia 12 de junho um tufão passou por sobre a cidade provocando só no bairro de São Francisco a destruição de 100 casas, ficando 200 avariadas e 300 favelas totalmente destruídas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja

encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, consubstanciado em apelo no sentido de serem tomadas providências através do DER, visando:

I — colocação de tubos interligando a Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415) com os Rios Iraí e Palmital, Distrito de Pinhais;

II — instalação de Semáforos nos seguintes locais do Município de Piraquara:

a) Rodovia PR-415 — na Divisa dos Municípios de Piraquara e Curitiba;

b) na Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), entrada de Pinhais;

c) na Rodovia João Leopoldo Jacomel — início na Avenida Maringá — entrada para Vila Emiliano Perneta; e,

d) na Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415), cruzamento com a Avenida Maria Antonieta Santos, na Vila Maria Antonieta.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz a fim de atender aos reclamos da população de Piraquara, integrante da região metropolitana de Curitiba, conforme apelo formulado perante a Câmara Municipal daquela comuna pelo Vereador Antônio Romeu Simoni, e que tem por finalidade propiciar melhores condições à laboriosa comunidade piraquarense no setor de Segurança na área dos transportes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Alceu Conceição Machado, expediente consubstanciado em apelo no sentido de ser incluída na próxima alteração da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, a elevação de Guaratuba na condição de sede de Comarca.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista antiga reivindicação da laboriosa população de Guaratuba e adjacências, que necessitam atualmente, quando do trato de assuntos e serviços judiciários se deslocarem até a atual sede da Comarca no Município de São José dos Pinhais. O crescimento e o desenvolvimento porque tem passado aquela importante cidade balneária de nosso Estado, comporta perfeitamente sediar uma Comarca, o que por certo virá beneficiar não só a sua população como a própria distribuição da Justiça.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, expediente consubstanciado em apelo no sentido de serem tomadas providências visando a instalação com urgência de 04 (quatro) módulos policiais no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, nas proximidades do Grupo Escolar Antônio Andrade (Vila Maria Antonieta), do Grupo Escolar Mathias Jacomel (Bairro Vargem Grande), Ginásio Estadual Arnaldo Busato e Ponto Final do ônibus de Pinhais, junto ao Rio Iraí.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por finalidade propiciar melhores condições de segurança naquele Distrito, pertencente ao Município de Piraquara e integrante da região metropolitana de Curitiba, conforme requerimento apresentado pelo Vereador ANTÔNIO ROMEU SIMONI.

A instalação de módulos policiais nas localidades citadas atenderá as reivindicações da população de Pinhais, e virá estabelecer melhores condições de segurança naqueles centros convergentes de muitas vilas e situados a distância considerável de qualquer policiamento, atualmente ali inexistente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, vendo da possibilidade da abertura de linha de crédito especial, pelo BANESTADO, destinado à compra de máquinas rodoviárias, pelas Prefeituras, com juros menores aos praticados em bancos comerciais.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Dr. Fernando Heugênio Chignone, solicitando o fornecimento, pela Biblioteca Pública do Paraná, de estágios para servidores municipais ligados à área, e auxílio técnico para a preparação de acervos no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que sejam enviados materiais permanentes e de consumo, para a Escola Estadual de Piquirivaí, Ensino de Primeiro Grau, localizada no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão.

A referida escola, autorizada a funcionar de quinta a oitava séries, através da Resolução Conjunta 64/82, está funcionando sem uma infra-estrutura administrativa compatível com suas necessidades.

Anexo, encaminhamos ofício da referida escola, dirigida à Superintendência da FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vamos dar andamento à presente sessão em que Sua Excelência a Senhora Professora Gilda Rocha Loures, digníssima Secretária de Estado da Educação, convocada por esta Assembléia Legislativa, responderá aos Srs. Deputados sobre a sistemática de eleições para diretores e inspetores da rede estadual de ensino, na forma seguinte:

“O expediente será integralmente destinado à explanação da Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Educação, a perguntas formuladas pelos Srs. Deputados, prorrogável por igual tempo. A ilustre Secretária de Estado da Educação somente responderá às perguntas pertinentes à sua convocação. Artigo 20 da Constituição Estadual. Os Srs. Deputados que desejarem formular perguntas, deverão inscrever-se com antecedência no livro próprio. Cada Deputado inscrito poderá fazer uso da palavra uma



única vez pelo prazo improrrogável de cinco minutos para formular uma ou mais perguntas e as demais questões regulados pelo Regimento Interno.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Senhor Presidente, inclusive pela demora que tivemos em conduzir a este plenário a Srª Secretária de Estado da Educação, foi em função da discussão que se fazia entre a Liderança do PDS e a do PMDB dos critérios a serem adotados para o depoimento da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Nós acertamos, na sala da Previdência, um critério um pouco diferente daquele anunciado por Vossa Excelência. Eu gostaria que prevalecesse o acordo feito entre as Lideranças, uma vez que devido a isso é que houve a demora inclusive de nós nos manifestarmos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência gostaria de ser informada quais os critérios decididos pelas Lideranças do PDS e PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Informo, Sr. Presidente. Sugerimos para que se estabelecesse mais um diálogo a respeito do critério de indicações dos diretores de estabelecimentos de ensino, a possibilidade que a Liderança do PDS e os Deputados desse partido, possa indagar Sua Excelência, a Senhora Secretária da Educação, por quarenta e cinco minutos, após o que o Partido Majoritário, o Partido do Governo nesta Casa, fará as suas indagações à Secretária de Educação, que, posteriormente, ainda terá oportunidade de usar novamente da tribuna.

Este entendimento, creio, conta com a simpatia da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se está de acordo com a proposta feita pelo Sr. Líder Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Presidente Nestor Baptista, o PMDB como não poderia deixar de ser, dentro da sua proposta de participação e transparência pública, aceitou integralmente as condições do debate do PDS, aliás com a plena aquiescência da Srª Secretária da Educação. O que nós queremos mesmo é o debate mais aberto, mais leal e mais esclarecedor possível. Concordamos que a Srª Secretária da Educação, sem limite de tempo, exponha a sua proposta sobre a eleição nas escolas do Paraná, a seguir, será questionada por quarenta e cinco minutos, excluído o seu tempo de resposta, pela Bancada do PDS, e no prosseguimento, o PMDB utilizará o mesmo espaço de tempo usado anteriormente pela Bancada do PDS.

Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa acata as sugestões dos Srs. Líderes do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira e do PMDB, Deputado Roberto Requião, e estabelece portanto critérios de 45 minutos para o PDS e 45 minutos para o PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Acordado o critério, quero contraditar o Líder do PMDB. A vinda da Srª Secretária da Educação nesta Casa não é uma benesse da democracia participativa e transparente. Ao contrário, é o cumprimento de um dispositivo constitucional que todos os homens públicos e todos os Deputados e todas as autoridades estão obrigadas, pelo juramento constitucional, pelo dever que todas as autoridades têm de seguir e cumprir a lei, e de aqui estar. Este é um Poder que não pode ficar de joelho à demagogia barata.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência antes de passar a palavra à Srª Secretária, informa mais uma vez que, de acordo com a Constituição Estadual, a Secretária, dentro do

requerimento feito pelo Deputado Gabriel Sampaio, responderá sobre a nova sistemática de eleições para diretores e inspetores da rede estadual de ensino, na forma já anteriormente destacada.

Concedo a palavra à Srª Secretária da Educação, Gilda Rocha Loures, para as considerações iniciais de Sua Excelência.

A SRª GILDA POLI ROCHA LOURES — Ex<sup>mos</sup> Senhores...

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) — Acho que por uma questão de cordialidade e de etiqueta parlamentar, o Líder do PDS deveria inicialmente justificar os motivos pelo qual convocou a Secretária da Educação a comparecer nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — O requerimento, respondendo à sua questão de ordem, Deputado, do Deputado Gabriel Sampaio, é bastante explícito e claro. Ele requer, deste Poder, a convocação da Srª Secretária, para responder e informar, trazendo esclarecimentos a respeito da nova sistemática de eleições para diretores e inspetores da rede estadual de ensino.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento)

Agradeço a V. Exª ter prestado as informações necessárias ao Deputado Roberto Requião, que demonstrou pela intervenção que fez, desconhecimento das razões que trouxeram a Srª Secretária da Educação e Cultura nesta Casa, e aproveitou o ensejo para saudar a S. Exª Secretária de Educação, desejando que a sua presença entre os representantes do povo, seja um diálogo profícuo em favor da educação no Paraná.

Mas, o que é lamentável, Sr. Presidente, é que o Deputado Roberto Requião demonstre desta forma, o desconhecimento do Regimento Interno, da Constituição e dos próprios trabalhos legislativos. De vez que o requerimento que convocou S. Exª Srª Secretária de Educação, com base no artigo 20 da Constituição Estadual, foi aprovado por unanimidade nesta Casa, conseqüentemente, com a participação do Deputado Roberto Requião, o que demonstra que S. Exª votou o que não conhecia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento)

Solicito da Mesa a leitura de justificativa do requerimento. A justificativa pela qual o PDS suportou a apresentação do requerimento à Mesa.

O PMDB votou o requerimento, porque acredita que todas as suas propostas têm que ser públicas. Mas de qualquer maneira o PMDB gostaria, que principalmente os professores que estão presentes hoje nesta Assembléia, soubessem dos motivos do PDS, para saber se, realmente, existia suporte para o questionamento, ou era apenas desinformação e incompetência na leitura do decreto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa, apenas respondendo a questão de ordem do Deputado Roberto Requião, informa que já esclareceu a este Plenário, o requerimento do Deputado Gabriel Sampaio, para que a Srª Secretária aqui estivesse. E quer acreditar esta Presidência, que a justificativa deverá ser dada no debate que se seguirá após a explanação da Secretária e o debate que deverá ser realizado nesta Casa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento)

Sr. Presidente, a impressão que se tem é que pela primeira

vez vem a esta Casa um Secretário de Estado responsável pela importante área da educação no Paraná.

Quero lembrar tão somente, que no Governo passado, o ex-Secretário Edson Machado de Souza, aqui esteve por várias vezes e às vezes até convidado informalmente. Então, eu gostaria de sugerir aos ilustres Pares deste Poder, que nós não nos percamos em minúcias e deixemos que a Srª Secretária faça sua exposição para que nós possamos argüí-la sobre as dúvidas inúmeras que temos na atual gestão da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Pela ordem, Sr. Presidente.  
(Assentimento)

A Bancada do PMDB retira o pedido de leitura das justificativas, uma vez que elas não existem. E, deixa claro que mesmo injustificadamente, um Secretário de Estado do PMDB veio responder às perguntas que eu espero que ao menos essas sejam justificadas a uma solicitação da Bancada do PDS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência, antes de conceder a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Gabriel Sampaio, gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados, que a sessão de hoje que foi convocada S. Exª a Secretária de Educação do Estado do Paraná, tem uma finalidade toda especial de atender ao requerimento formulado por V. Exª e aprovado por esta Casa.

Então, solicito aos Senhores Deputados que nos dêem a oportunidade de dar continuidade a esta sessão, ouvindo da Senhora Secretária a sua exposição inicial, e, logo após, a Mesa abrirá inscrições para que os Senhores Deputados possam perguntar e esclarecer as dúvidas que tenham a respeito da matéria.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Solicito a Vossa Excelência, dentro do Regimento Interno, que dê a palavra ao Deputado que pede “pela ordem”.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra Sua Excelência, a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Professora Gilda Poli Rocha Loures.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Vou me retirar do plenário, Senhor Presidente. Vossa Excelência não cumpre o regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra Sua Excelência, a Secretária da Educação.

A SRª GILDA POLI ROCHA LOURES — Excelentíssimos Senhores Deputados da bancada que me convoca do Partido Democrático Social; Excelentíssimos Senhores Deputados da bancada a que pertenço, do PMDB; Excelentíssimos Senhores Deputados que compõem a Mesa Diretiva da sessão. É com muita honra que compareço a este Plenário para falar de uma proposta da Secretaria de Educação no que diz respeito à eleição para diretores de estabelecimentos de ensino. A honra é realmente muito grande porque, como educadora, sempre defendi em todos os momentos de minhas aulas a importância do Poder Legislativo dentro do processo democrático, como lícito representante do nosso povo e como o Poder que faz a consulta às bases e traz esta consulta ao Poder Executivo.

Com todo respeito que sempre tive pelo Poder Legislativo é que aqui estou, porque vejo em cada um dos Senhores aqui representados uma parcela do povo do Paraná, e aqui estou

com o maior orgulho para ser questionada pelos Senhores porque, no meu modo de entender, é o povo do Paraná que me questiona neste momento. Em cada um de vocês, eu vejo o reflexo da região que representam e do povo que ali está.

O problema da Educação é, antes de tudo, um problema do povo brasileiro, do povo paranaense; não é um problema apenas de uma classe a qual tenho muito orgulho de pertencer, que é a classe do professor do Paraná: uma classe organizada, mobilizada, consciente de seus direitos. Representando esta classe e entendo como membro desta classe que ao povo do Paraná devemos prestar contas dos nossos atos, como participantes do Poder Executivo é que aqui estou.

Por que propusemos uma eleição para diretores?

Propusemos uma eleição para diretores porque entendemos que a educação deve começar por um princípio de democratização, por um princípio de participação, por um princípio de que educação é feita para uma comunidade e a comunidade dela deve participar.

Entendemos que este processo de eleição, que não se justifica em si mesmo, mas que se justifica pelo processo, é a maior proposta de mobilização, de organização e de educação cívica para o nosso Paraná.

Quando o nosso Governo fez uma proposição de mudança em todo o Paraná, esta mudança deveria atingir também a educação. Para que mudanças ocorram, há necessidade de que a sociedade também se organize. É neste sentido que fazemos a proposta de eleições para diretores. É o compromisso também, no nosso entender, que cada diretor terá com a comunidade. O Diretor, ao fazer o seu plano de trabalho, automaticamente estará comprometido com a comunidade, da mesma forma que os nobres Deputados aqui presentes têm um compromisso com o povo, quando em suas campanhas lançaram as bases daquilo que se propunham fazer quando estivessem no poder de seus mandatos.

Assim entendemos a eleição de diretores. Assim entendemos o compromisso que haverá destes diretores com a comunidade, que por eles serão apontados, para que dirijam a escola.

Poderíamos nós sermos questionados, se o nobre Deputado do PDS me permitisse continuar...

(Tumulto de um Deputado do PDS em plenário)

... falando, se é que eles querem me ouvir, — gostaria realmente de ser ouvida. Parece-me que o Deputado me convocou e não está interessado no que estamos dizendo, em todo o caso vamos continuar. Por que um processo de lista tríplice? Um processo de lista tríplice porque é uma reivindicação da classe do professorado, principalmente nos seus últimos três movimentos grevistas. Afirimo, com toda a segurança, que esta reivindicação existe nos três últimos movimentos grevistas da classe, porque como professora participei destes movimentos e reivindicávamos uma lista tríplice. Ao mesmo tempo, consideramos a lista tríplice se não perfeita, um avanço em relação ao processo que existia anteriormente. Consideramos um avanço e um processo de acordo com as possibilidades que temos atualmente, com o compromisso que temos de implementar uma política educacional de mudança.

Só teremos condições de cumprir, o que prometemos em campanha, se as pessoas que vão dirigir a escola, estiverem afinadas com a política educacional que é uma proposta de política educacional para a mudança.

É preciso por isto, que haja um exame do plano de ação, do plano de trabalho, de cada Diretor indicado nesta lista tríplice, para ele se afine com a política da Secretaria de Educação. Vejam bem, nós estamos falando em política educacional. É muito importante que isto fique claro. A 15 de novembro, quando se optou pelo Governo de José Richa, optou também claramente, por uma política de mudança; por uma política que no contexto



do Poder Executivo, deve implementar as promessas contidas nas diretrizes deste Governo que se instalou no Paraná, em função do resultado das eleições de 15 de novembro.

A escolha desta lista tríplice, terá então, como ponto de partida, primeiro este plano de trabalho dos diretores nela apontado; terá ainda, como referencial, o seu currículo, terá ainda, como referencial, voto, é evidente, porque o peso dos votos falará. De forma alguma, afirmamos em momento algum, que o mais votado será o escolhido. Por que não fizemos esta afirmativa? Porque aí nós não teríamos uma lista tríplice. E porque precisamos que, para implementarmos a política de mudança, por nós proposta, haja realmente um plano de ação, deste diretor, de acordo com a política proposta e de acordo com a exigência de mudança, que o povo do Paraná fez, ao escolher o Governo do PMDB para ocupar o Poder Executivo, em nosso Estado.

Ainda, nós temos que, dentro desta escolha, de verificar se há possibilidade de se implementar a ação, do compromisso político, na ação pedagógica. O que significa isto? Significa uma educação, voltada para a realidade social, que temos presente. Um professor que esteja disposto a ouvir a comunidade, a permitir, dentro das escolas, a formação de grêmios estudantis; a permitir a ocupação das escolas, nos finais de semana, para que a comunidade dela se utilize, para os seus debates para inclusive a necessidade de seu lazer. Há necessidade que o diretor das escolas, tenha este compromisso, social com a comunidade que a escola está envolvida. Entendemos que a escola pertence à comunidade, não pertence a uma classe. A escola é coisa pública e como coisa pública, ela deve pertencer ao povo que paga imposto, para a sua manutenção. Entendemos ainda que pais e alunos de segundo grau, devem participar desta escolha, exatamente porque a escola pertence à comunidade como um todo. Por que não fizemos um voto proporcional, como alguns professores chegaram a levantar? Porque entendemos que todo voto proporcional é discriminatório. E numa democracia, não pretendemos fazer discriminação; a responsabilidade da educação, não é, em momento algum, privilégio único e exclusivo do professor. Ela é, de fato, uma responsabilidade da comunidade, como um todo.

Nós ainda diríamos, que para que esse processo fosse implantado, poderíamos ter optado por dois caminhos:

Primeiro, deflagrar em todo Estado uma discussão e levar, sei lá, quanto tempo discutindo sem implementar ação, como entendemos que há necessidade de agir ao lado de discutir, nos propusemos em cima de reivindicações dos últimos três movimentos da classe de professores e ampliando um pouco mais esta proposta, porque chamamos pais e comunidade para dela participar.

Fizemos um decreto, mas não fechamos, absolutamente, em nenhum momento, a possibilidade deste decreto ser debatido, deste decreto ser melhorado, para uma próxima etapa, é ele uma etapa de discussão, é ele o primeiro momento da democratização, mas que não se encerra nesta proposta, muito pelo contrário, ao mesmo tempo em que fazemos a proposta de ação, temos implementado a discussão, para isso já percorremos várias cidades do Paraná.

Só a Secretaria de Educação participou de mais de dez assembleias, em que os diretamente envolvidos neste processo, pais, professores, funcionários, alunos tiveram ampla liberdade de falar, de questionar, foram ouvidos e além disso oito comissões de Secretaria percorreram todo o Estado, deixando o debate livre e prestando esclarecimentos e a mesma atitude

estamos tendo em relação aos professores, pais, funcionários e alunos desta Capital.

Estamos colhendo subsídios para que, num novo processo eleitoral, que nos propomos para fins de 1984, as correções solicitadas pela classe de professores, solicitadas pelos alunos, solicitadas pelos pais e solicitadas pelos funcionários, solicitadas pelos nobres Deputados, lúdimos representantes do povo, sejam então, implementadas se necessário for.

O importante é que o processo aí está e se consolida a 17 de junho, aí teremos condições, de na ação, verificando os erros que porventura ocorram, verificando as possíveis distorções, possamos implementar através de todos estes debates, as correções e da forma mais democrática possível e da forma mais participativa possível, não estamos ficando em promessas estamos debatendo, mas estamos também agindo.

Esta é em linha geral, a proposta que a Secretaria de Educação faz para a eleição de diretores.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência, de acordo com entendimento entre as Lideranças partidárias desta Casa, concede a palavra, inicialmente, a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder do Partido Democrático Social nesta Casa e lembro ainda aos Srs. Deputados que cada bancada terá o tempo de 45 minutos para inquirir a S. Ex<sup>a</sup> Secretária de Educação do Estado do Paraná.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Inicialmente fará as indicações em nome da bancada, o ilustre Deputado Airton Cordeiro, autor inclusive, de projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa e ainda não foi votado pela maioria do PMDB nesta Casa, que estabelece eleições diretas para as direções dos estabelecimentos de ensino.

Com a palavra, portanto, por dez minutos o ilustre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados e Sr<sup>a</sup> Secretária de Educação.

V. Ex<sup>a</sup> mencionou com alguma insistência os três movimentos que foram realizados pelo magistério do Paraná e que configuraram greves reivindicatórias.

Sempre foi ponto de honra para o magistério paranaense, a indicação por critérios rigorosamente justos dos diretores das escolas públicas do nosso Estado.

Durante a pregação eleitoral do partido a que serve V. Ex<sup>a</sup> nos dias de hoje, se ouviu com insistência a afirmação de que o Governo do PMDB garantiria eleições diretas para o preenchimento dos cargos de direção nas unidades escolares do Estado do Paraná.

Ontem recebi, por uma deferência gentil do Deputado Roberto Requião, um documento denominado "Democracia e Justiça Social", diretrizes de Governo do Senhor José Richa. Onde se lê no que toca a política de educação o seguinte:

"Um Governo Estadual de oposição deve estimular, incentivar a criar os mecanismos favoráveis para que a comunidade escolar, pais, mestres, estudantes e servidores lotados nas escolas, passem a ter participação decisiva na escolha da direção dos estabelecimentos oficiais de ensino mediante o sistema de eleições diretas nas escolas de todos os níveis de estado.

Primeira indagação a V. Ex<sup>a</sup>: Qual o seu conceito de eleições diretas e se V. Ex<sup>a</sup> se baseia para a sua administração na

Secretaria de Educação, o que pretenderam no passado os professores e o que querem certamente no presente os professores, por que V. Exª ao elaborar o Decreto nº 455, excluiu de tudo o que foi estatuído, a eleição direta legítima para preenchimento das direções das escolas públicas do Paraná?

Disse eu desta tribuna e quero afirmar perante Vossa Excelência que esta eleição programada para o dia 17 de junho não passa de uma farsa e de um embuste, porque a lista tríplice não configura eleição direta e não há quem nos garanta que o autor do melhor plano seja na verdade, o autor deste plano e, que aquele que merecer a preferência dos eleitores, há de ser também o preferido da Secretaria de Educação, de sua titular, do Governo do Estado, sem que se possa imaginar que haja interferência política, pois que um dos objetivos das reivindicações mencionadas por V. Exª era exatamente a eliminação da influência do comando político.

Já se localizou no interior um movimento dos diretórios do PMDB, dos Prefeitos do PMDB, dos Vereadores do PMDB, fazendo pressão sobre determinadas áreas a fim de que determinados professores sejam os indicados para as futuras direções.

Lembro mais ainda a V. Exª, com base no mesmo documento mencionado a respeito das Inspetorias de Ensino, diz o documento:

“A descentralização do Poder na área educacional estadual, deverá partir de critérios democráticos que visem eliminar as funções clientelísticas e os interesses eleitoreiros próprios de um velho estilo, realizado através de comandos políticos, que no interior do Estado manipulam os cargos do sistema educacional, as listas tríplices elaboradas pelos professores para a escolha dos inspetores regionais de ensino, são um mecanismo recomendado para a redemocratização do Poder.”

Outra pergunta a V. Exª, quais os critérios que tem presidido a sua ação para indicação dos inspetores regionais de ensino no presente instante?

Permito-me formular a Vossa Excelência uma terceira indagação, se V. Exª tem conhecimento do projeto de lei apresentado por nosso partido, por meu intermédio, estabelecendo efetivamente eleições diretas de acordo com decisão da assembléia geral da Associação dos Professores do Paraná, se tem conhecimento qual é a sua opinião sobre ele?

Uma outra indagação, Vossa Excelência admite que os mecanismos hoje adotados não são perfeitos e espera corrigi-los em 1984, como nós sabemos que o Governo do Estado terá um período administrativo de 4 anos, por que se perder tanto tempo para corrigir mecanismos que já nascem distorcidos, quando nós sabemos perfeitamente que essas incorreções poderiam ser perfeitamente, agora, eliminadas do projeto de escolha dos diretores das escolas públicas do Paraná, e mais ainda por que, de uma forma até açodada o Governo do Estado não permitiu que houvesse um debate mais amplo para que realmente o magistério fosse atendido naquilo que havia solicitado.

Senhora Secretária, eu quero, a fim de permitir que outros companheiros de meu partido possam fazer uso da palavra também, lamentar que a Secretária de Estado da Educação, num momento de uma crise tão séria para este Estado, hoje se debatendo com problemas sociais enormes, naturais de uma crise econômica e agravados pelas condições climáticas do Paraná nos dias de hoje, por que é que o Governo do Estado dispense uma importância, que segundo transpos ou alcança a casa dos 100 milhões

de cruzeiros, para fazer uma campanha publicitária em torno de uma eleição que é dirigida, e que é exclusivamente orientada à comunidade que vai votar, eu pergunto a Vossa Excelência: não seria não só mais econômica mas ao mesmo tempo muito mais racional, muito mais lógico, muito mais humano, muito mais justo que os próprios alunos, que as próprias Associações de Pais e Mestres que os próprios professores se incumbissem da divulgação desta “eleição”, no próximo dia 17 de junho?

São as perguntas que formulamos a Vossa Excelência e que solicitamos respostas para o nosso esclarecimento.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Nobre Deputado, permita-me começar a responder, começando por uma indagação. Vossa Excelência defende as diretrizes do PMDB? Parece-me que sim!

O SR. AIRTON CORDEIRO — A Senhora me faz uma indagação, eu imaginei que a Senhora estivesse na Assembléia para apresentar respostas, no entanto por delicadeza a Vossa Excelência eu vou dar a resposta que Vossa Excelência pede.

Eu não só defendo as diretrizes do Partido de Vossa Excelência porque na verdade elas já provadamente não estão sendo cumpridas, quando essas diretrizes, Senhora Secretária da Educação, especificam eleições diretas e o seu Governo não as faz, eu coloco em dúvida o que está escrito aqui, e mais, tenho ainda presente comigo e convicção de que as propostas do meu partido são muito superiores às propostas do partido de Vossa Excelência, nos dias de hoje.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — No entanto, embora Vossa Excelência me diga que não defende a proposta do PMDB, há uma contradição entre seu discurso e sua resposta, porque o seu discurso foi todo em torno da defesa das diretrizes do partido aí contidas...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Equívoco de Vossa Excelência.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — ... e inteiramente, perdoe-me, foi esse o meu entendimento, e assim o seu discurso me deu a impressão. Bom, isso é uma questão de menor importância. O fato de defendê-lo ou não. Vamos responder às suas indagações. O Senhor começa o seu discurso dizendo que apresentou um projeto de eleição direta para diretores...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não comecei dessa forma, Senhora Secretária.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Apresentou um projeto de eleições diretas para diretores e que, no entanto, a Liderança e a Maioria do meu partido, até agora, não aprovou.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Também não falei isso, Senhora Secretária.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Gostaria de deixar uma indagação no ar. Por que esse projeto não foi apresentado quando tinha Vossa Excelência plena certeza de que ele seria aprovado porque o PDS detinha a maioria neste Parlamento?

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita às pessoas que nos visitam, que, regimentalmente, é proibida qualquer manifestação das galerias nos assuntos e respostas tratadas neste plenário. A Presidência solicita e encarece das pessoas que assistem esta sessão, que se mantenham em silêncio.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A claqué faz parte do jogo, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem. Vossa Excelência me permite? (Assentimento) — Apenas para perguntar a Sua Excelência Senhora Secretária, a que partido ela pertencia antes das eleições? Muito obrigado.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu não ouvi.

Bom, além disso, quando apresentei o meu projeto, deixei muito claro que a resposta que a Secretária de Educação faz de eleição de diretores é uma etapa. E não me consta que num programa de governo haja necessidade de se cumprir todas as promessas no primeiro dia de governo, ou no primeiro mês de governo. Nós temos 4 anos para cumpri-lo. Se não cumprirmos, aí sim deveremos ser questionados porque não o fizemos. Podemos ser cobrados para que o façamos; mas, na medida que nós colocamos uma proposta como uma etapa para ser, ao mesmo tempo que ação para desencadear a mobilização da sociedade, a organização e um processo educacional, queremos acreditar que já iniciamos um processo de cumprimento do que nos propusemos em campanha. Queremos aí, ainda dizer, que em nenhum momento eu disse, como foi afirmado no discurso pelo nobre Deputado, que o mais votado seria o escolhido.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É o programa do seu partido que fala.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Se o mais votado fosse o escolhido, nós já teríamos, nesta primeira etapa, uma eleição direta. Nós nunca enganamos o povo dizendo que ela era direta. Desde o começo nós estamos dizendo que, no momento, ela é lista tríplice, que no momento haverá, além da votação, outros critérios para escolha da direção. Quando o jogo é aberto não existe farsa. Existe farsa quando o jogo não é claro. Em todo momento nós deixamos o nosso jogo muito claro. Em nenhum momento afirmamos que o mais votado será o escolhido, o que não significa que ele não poderá ser. A lista é tríplice; qualquer um dos três poderá ser o escolhido. Quando o Senhor me questiona a respeito da escolha para os inspetores, o Senhor foge do motivo da minha convocação.

No entanto, não vou fugir à resposta.

Eu sei que posso me negar a responder, porque o Regimento me permite que isto seja feito, mas eu vou lhe responder.

Quando dissemos, em campanha, que os inspetores seriam escolhidos sem a interferência de comando político, não dissemos que os inspetores seriam escolhidos através de eleições. Houve uma proposta de professores, para que isto fosse feito ainda durante a campanha. No entanto não foi aceita, e eu como representante do Poder Executivo na SEC, defendo a posição de que os inspetores realmente não podem ser escolhidos por eleição, porque o cargo de inspetor é um cargo em comissão, é um cargo de confiança, é uma função de Governo, e por ser uma função de Governo o povo delegou ao nosso Governador, à SEC, a responsabilidade

da escolha desses inspetores. Como está diluído esse comando político, esse comando político está diluído...

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente,

A Senhora Secretária dá a presente resposta como se oferecesse a este Deputado e a esta Casa uma benesse. Eu quero ler para conhecimento dos Srs. Deputados e da Senhora Secretária, especialmente, o Ofício nº 211/83/G/1a. Secretaria, datado de 7 de junho de 1983: (Lendo).  
"Senhora Secretária. Pelo presente tenho a honra de dirigir-me à sua presença, para comunicar-lhe que, de acordo com o requerimento aprovado em sessão plenária nesta Casa de Leis, nos termos do artigo 20 da Constituição Estadual, Vossa Excelência foi convocada para vir prestar informações e esclarecimentos a respeito da nova sistemática de eleições para diretores e inspetores da rede estadual de ensino. Em data de 15 de junho do corrente ano, às 15 horas, no plenário desta Assembléia Legislativa. Nesta oportunidade, louvo-me do ensejo para externar-lhe minhas expressões de elevada estima e distinta consideração". Assina o Deputado Gernote Kirinus, 1º Secretário. Ofício encaminhado a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária da Educação, nesta Capital. Vossa Excelência não nos faz concessão, responde dentro do que foi aprovado.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — No entanto, eu continuo afirmando que faço concessão, porque não existe uma eleição para inspetor. Então, está prejudicado, inclusive, o próprio requerimento. No entanto, faço questão absoluta de continuar respondendo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vossa Excelência aceitaria um pequeno aparte?

O SR. PRESIDENTE — Eu solicitaria aos ilustres Srs.

Deputados para que o debate tenha - possamos chegar a um bom final, para esta Casa e para os interesses da educação no Paraná, que a Senhora Secretária ao responder as indagações feitas por cada Sr. Deputado, fosse ouvida e, posteriormente, contestada, se necessário.

Está com a palavra, Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Educação.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Então, como eu dizia: O processo que existe para a escolha de inspetores, é um processo de consenso, que, no nosso modo de entender, é muito mais democrático do que quando da indicação de uma única pessoa; é claro que, sobre isto, acho que nunca chegaremos a ter opiniões iguais.

Pergunta-me ainda, o nobre Deputado, em seu discurso, se eu tenho conhecimento de seu projeto?

Tenho. E aqui novamente eu indago: Por que não foi apresentado antes? Ainda no seu discurso se diz que, o Decreto 455 nasceu distorcido. No entender de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E no seu, também.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — No entender da Secretaria da Educação, ele nasceu como proposta para a mobilização, como proposta...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Vossa Excelência

me permita que eu peça a palavra, pela ordem, dentro do complexo normativo do Regimento Interno da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, pela ordem, Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu só queria, observando a imaginação, o tirocínio da Senhora Secretária, quando ela ofende a nossa bancada, perguntar, ao povo do Paraná, quando que ela assinou a ficha do PMDB, se ela pertencia ao nosso partido?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa deixa de acatar a Questão de Ordem de Vossa Excelência, e Vossa Excelência terá oportunidade de questionar Sua Excelência a Secretária da Educação, na oportunidade que lhe for conferida.

O SR. PAULO FURIATTI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitaria que, quando fosse levantada uma Questão de Ordem, seja citado o Artigo do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua com a palavra, a Senhora Secretária da Educação.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Continuando, eu ainda diria...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos), em vista de manifestações paralelas. Eu solicito aos Srs. Deputados que se mantenham em silêncio, dando, assim, oportunidade para que a Senhora Secretária possa responder às indagações dos ilustres Srs. Deputados.

Está com a palavra, Sua Excelência a Senhora Secretária.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Continuando, eu diria que, o nosso entendimento de democracia a nos parece bastante avançado - como entendemos a democracia. Porque, em nenhum momento pedimos atestados ideológicos, em nenhum momento partimos para a agressão pessoal, em nenhum momento estamos pessoalmente atacando qualquer dos nobres Deputados aqui presentes.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E nem nós, Senhora Secretária.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — E nem eu disse isso. E, inclusive, democratização, no meu entendimento, não se processa por decreto e, nem porque chegou ao Poder, um Governo que se propõe à democratização, significa que a democracia esteja instalada neste País, democracia é uma conquista de uma sociedade organizada, e o processo de eleição dentro das escolas, é um passo inicial para que esta democracia realmente penetre às escolas, é um passo inicial para que as escolas deixem a sua postura autoritária, e, ao invés de expulsar o pai, ou o aluno, os receba realmente dentro de seus muros, para que, juntos, possamos discutir o que há de melhor para a educação. Democracia, significa reeducação, democracia, significa participação, democracia significa tolerância para pensamentos diferentes dos nossos, democracia, significa compreensão, democracia, significa ouvir, estar pronto a mudar; talvez seja isto que cause estranheza, talvez seja esta atitude de ouvir, de estar pronto a mudar, que esteja causando um tanto de espécie e

resistência. Nós entendemos que, a democracia, se instalará, por um processo de mobilização, de organização e de educação da comunidade. Quero crer que respondi à sua pergunta.

Eu gostaria que, todo o tempo utilizado pelos nobres Deputados, fosse sendo computado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sem dúvida.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu lembro a ilustre Secretária, que, quanto à campanha publicitária, Sua Excelência não fez nenhuma referência.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Perdoe-me, eu esqueci de anotar. Terei imenso prazer em responder. CAMPANHA PUBLICITÁRIA — 1. Não tenho verba para publicidade, na minha Secretaria, portanto não terei condições de lhe dizer quanto foi gasto nesta campanha. Existe um órgão de nosso Governo que faz o controle de todas as despesas e de todos os gastos. No entanto, não estou fugindo à responsabilidade de ter participado e solicitado esta campanha. Não fujo à responsabilidade, não fugi em nenhum momento e não fugiria agora.

No entanto, quero dizer que não é apenas o Paraná que está em crise. A crise é geral, a crise é do Brasil e se há alguma dívida muito grande, essa dívida é da Nação brasileira, que, no entanto endividado não deixa de promover campanhas, que no entanto estando endividado não deixa de provocar a mobilização.

Houve há pouco tempo uma campanha do Governo Federal que eu considero da maior importância e em nenhum momento eu perguntei quanto custou. Uma campanha de mobilização da comunidade em torno da vacinação. Se é prioritária a saúde, é prioritária a educação. Se é prioritária a saúde é prioritária a mobilização da nossa comunidade.

No entanto, a nível federal, a nível de Governo Federal, existem campanhas não tão prioritárias quanto esta e que não foram questionadas. Campanhas que pregam uma reforma agrária. Eu sei que o Paraná vive um momento de crise e para isso temos tido contenções de gastos de todas as forças. Quando não prioritários, para que o povo do nosso Paraná flagelado possa receber a ajuda, no entanto, a sociedade não pára.

Nós não podemos parar a sociedade, deixar de viver, mesmo porque se deixarmos de viver, não teremos condições de acudir a estes flagelados. Não é por que eles estão flagelados, nobre Deputado, que o Senhor passou a andar à pé. E nem seria este o nosso entendimento. Não é porque eles estão flagelados que nós paramos de comer. Não é porque eles estão flagelados que a cultura deixou de existir. Ao lado do atendimento aos flagelados que se é uma preocupação sua é uma preocupação também do nosso Governo, que nós vamos querer que o Paraná todo se feche e pare.

É preciso que ao mesmo tempo que o Paraná continue existindo, que estes flagelados tenham o atendimento que merecem.

Então se há prioridades a nível de saúde, há prioridades também a nível de educação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, para concluir a minha participação, eu quero somente lamentar...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o Líder do PDS.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Foi-me concedido pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — 10 minutos que Vossa Excelência ocupou. Se a Liderança quiser prorrogar o seu tempo...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu concedo mais dois minutos para o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu gostaria, primeiramente, de lamentar que a Senhora Secretária de Educação não tenha conhecimento do que é gasto numa campanha publicitária encomendada, segundo sua confissão, por sua Secretária, e mesmo que paga pela subchefia de Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná.

Além de revelar um desentrosamento aparente, não sei se é sincero com outro setor do Governo do Estado, a Senhora Secretária revela uma visão que me parece um pouco distorcida do ponto de vista social, quando menciona aqui: - não é porque o flagelo, que nós vamos parar, - ora, Sr. Presidente, nós não estamos aqui para questionar se o Governo Federal pagou ou não às televisões, que como todos nós sabemos, são concedidas pelo Governo Federal - o Governo da União para vincular mensagens a fim de combater a paralisia infantil. Nós estamos tratando objetivamente de uma questão, e estamos entendendo claramente de que é um desperdício do Governo do Paraná, um contraste para divulgar uma eleição que não é eleição numa hora de dificuldades para o povo deste Estado e, mais ainda, uma eleição - segundo o Governo na eleição - poderia ser perfeitamente divulgada através de alunos, professores, associações de pais e mestres. Então, eu lamento profundamente o desconhecimento da Senhora Secretária quanto a este particular.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado Luiz Gabriel Sampaio fará as perguntas subseqüentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Por quantos minutos, Sr. Líder?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — 10 minutos, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Senhora Secretária da Educação do Estado do Paraná, Em primeiro lugar, Senhora Secretária, gostaria que Vossa Excelência entendesse bem que a sua convocação para esta Casa é um ato de esclarecimento, de nós, Parlamentares, e, jamais, em momento algum de tentarmos colocar dificuldades em alguma resposta.

Gostaria de dizer mais a Vossa Excelência, que a nossa campanha eleitoral já transcorreu no ano passado; os resultados o Paraná todo conhece; o Governo do PMDB, do qual Vossa Excelência faz parte, já está empossado, iniciando sua administração. E o fato de que nos levou à sua convocação foi para tirarmos algumas dúvidas profundas que temos quanto ao resultado desta atitude tomada por Vossa Excelência.

Antes de iniciar o meu questionamento a Vossa Excelência eu gostaria de colocar algumas questões que são importantes em função de não ter podido colocá-las na hora oportuna. Uma informação a Vossa Excelência, em primeiro lugar: a Inspetora Auxiliar de Mandaguari. Foi feita lá uma eleição, presidida pelo Presidente do Diretório Municipal do PMDB daquela cidade onde (Foz do Iguaçu) também inclusive, atabalhoadamente, foram algumas classes: a professora municipal, funcionários que trabalhavam na Inspeção foram preteridos do voto. Transcorrido tudo isso, ainda veio um manifesto que nos chegou às mãos, solicitando, inclusive, a anulação daquela eleição em função de uma série de considerandos que não vêm aqui ao caso nós relacionarmos.

O fato que me importo no caso citar a Vossa Excelência é de que houve este fato, e que o PMDB sempre, nesta Casa, sempre fez interferências com relação ao problema da política partidária dentro da Educação, e eu, pessoalmente, como Deputado da Arena, do PDS, nunca usei desta prerrogativa. Não escondo que alguns companheiros a tenham usado para fazer indicação de inspetora, de diretores de estabelecimento, etc.

Mas, o caso que citamos o problema em função de que o partido sempre se rebelou contra isso, e nós estamos hoje, agora, não só por este fato que se teve em Mandaguari, mas o fato posterior a esta eleição para uma lista triplíce irá ocorrer fatalmente entre Vereadores, Prefeitos, homens eleitos pelo PMDB. Segundo lugar, Senhora Secretária, esta postura autoritária que Vossa Excelência condenou aos diretores de estabelecimentos escolares, eu acho que não procede, datíssima vênha. Vossa Excelência mesmo exerceu o cargo de direção, e eu tenho certeza que não teve, quando exerceu as suas funções, esta postura autoritária tentando talvez deixar marginalizada a comunidade. E eu daria a Vossa Excelência um outro exemplo: questiono o problema da eleição de diretores em função do que falarei a seguir. E digo a Vossa Excelência o seguinte: que a comunidade sempre tem participado da escola, a Associação de Pais e Mestres na minha cidade pelo menos, participam integralmente da vida da escola, usam integralmente todos os equipamentos da escola, fazem até festas no final de semana, além de reuniões dos mais variados tipos. Então, não será agora esta inovação que trará para dentro da escola a comunidade, porque ela já está lá através de um competente órgão que é a Associação de Pais e Professores.

Outra coisa que eu pediria a Vossa Excelência, que corrigisse, Vossa Excelência que é uma educadora, o pleonasmo cometido abertamente em todo o Paraná de democracia participativa. Toda democracia é participativa, obviamente.

Eu farei para chegar ao assunto, Professora Gilda Poli Rocha Loures, algumas considerações e algumas perguntas que repetirei ao final para que Vossa Excelência possa esclarecer.

Os Governos anteriores preocuparam-se sobretudo, com dois problemas: melhoria da qualidade de ensino pela realização de cursos de aperfeiçoamento do magistério e constante orientação através das inspetorias regionais de ensino e órgãos técnicos da Secretaria de Educação (Lê):

Passarei a ler as seguintes sugestões que foram endereçadas a mim a fim de inquirir a Vossa Excelência Senhora Secretária da Educação. (Lê):

"1. No seu entender, qual é o problema fundamental do ensino de 1.º e 2.º graus, no Estado do Paraná?

Os Governos anteriores têm se preocupado sobretudo com dois problemas: melhoria da qualidade do ensino, pela realização de cursos de aperfeiçoamento do magistério e constante orientação através das Inspeções Regionais de Ensino e órgãos técnicos da SEEC; e a ampliação da rede física de escolas principalmente de 1.º grau, através da Fundepar.

Nestes dois setores, o Estado obteve êxitos indiscutíveis.

Um dos programas de maior impacto e influência foi o Programa do Preme, (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), sendo que o Paraná foi o único Estado onde todas as metas do Preme foram cumpridas.

Ora, a SEEC, preocupada com a organização de eleições, um processo bastante complexo, deverá estar descurando completamente destas metas; principalmente, se considerarmos que a estrutura da Fundepar, voltada para a ampliação e melhoria da rede física, foi totalmente desmantelada.

Na minha opinião, a preocupação prioritária deveria ser de agora em diante o da melhoria da qualidade, já que a escassez de recursos, que o Governo Richa alardeia, impede certamente que se façam grandes investimentos na construção de prédios escolares.

Daí duas perguntas: qual o problema fundamental do ensino de 1.º e 2.º graus, no Paraná? E, quais as medidas para a melhoria da qualidade do ensino no plano de educação da SEEC?

Creio que a interferência de setores alheios à tecnologia educacional e aos problemas próprios da Escola, irá prejudicar sensivelmente qualquer tentativa de melhoria da qualidade, eis que tais metas exigem um mínimo de centralização de direção.

Ora, a pulverização de autoridade dentro da escola para atendimento aos interesses eleitoreiros irá comprometer seriamente esses programas.

Perguntaria a Vossa Excelência em que a eleição de diretores em lista tríplice irá contribuir para a implementação dos programas de melhoria da qualidade de ensino? Se é que os há.

Continuo. Considerando-se que dirigir uma escola é sobretudo uma tarefa técnica. A rigor, o diretor da escola não deve ser somente o melhor administrador, ele deve ser acima de tudo o melhor professor. Como assegurar-se de que o candidato eleito e finalmente escolhido, reúna as mínimas condições de conhecimento técnico-pedagógico e administrativo, para o desempenho de suas funções?

Portanto, Senhora Secretária - quais os critérios pedagógicos que irão influir na escolha de candidatos à lista tríplice?

Continuo. Se a escolha for mal feita, de quem será a responsabilidade? Da comunidade que votou mal ou da Secretária da Educação que nomeou mal? Ou seja, o sistema de lista tríplice por votação de setores fora da escola não implicará que a Secretária abdique de sua responsabilidade perante a mesma comunidade que votou?

Na filosofia, ou melhor, na ideologia que está na base da chamada retoricamente democracia participativa, é possível que os eleitos e finalmente o escolhido, reúna o consenso de interesses divergentes e conflitantes, de segmentos mais diversos da comunidade, como professores, pais, alunos e funcionários.

Penso, Senhora Secretária, que esta experiência, sem uma melhor avaliação e sem melhores estudos, inclusive de caráter sociológico e psico-social, relativos às condições e características de cada comunidade, irá proporcionar oportunidade a que elementos inescrupulosos canalizem esta política para seu próprio interesse, que poderá não coincidir com o melhor interesse da escola.

Por outro lado, é quase certo que os candidatos vencidos, dentro da escola, deixarão de colaborar com a direção. A preocupação eleitoral dentro da escola passará a ser prevalescente, ficando a Pedagogia e a Didática em segundo plano.

O que a SEEC ou Vossa Excelência considera prioritário, a qualidade do ensino ou a figura ideológica e retórica da chamada democracia participativa? Se não for possível harmonizar ambas as metas, qual no seu entender é prioritário?

A SEEC está alardeando, através de cartazes e imprensa, que a escolha de diretores por eleições onde participe a comunidade, é uma lição de democracia. Isto significa, no seu entender, que a simples nomeação, isto é, escolha de diretores por critérios técnicos outros, inclusive o valor pessoal e a capacidade de bem dirigir a escola, atenta contra a democracia?

Há uma apreciação errada do que seja democracia. Democracia é o exercício de cargos e funções em benefício da comunidade; ainda que a escolha seja direta pela comunidade o exercício do poder em benefício próprio não é democracia, mas demagogia.

A SEEC está segura de que a democracia que ela deseja

nas escolas é mesmo essa?

Finalmente: se não der certo essa experiência, a titular da Pasta, Vossa Excelência, assumirá a responsabilidade pelo fracasso? Virá a público dizer que a culpa foi sua, e que não foi por falta de aviso?

Não seria preferível, prudentemente, proceder a estudos a respeito das implicações da medida, antes de implementá-la apodadamente?

A escola merece mais respeito por parte da SEEC. Por mais popular que sejam as eleições para escolha de diretores, existe muitos fatores em jogo, que poderá comprometer por muitos anos o ensino estadual. Se não der certo, será o caos. Lidar com crianças e adolescentes exige um pouco mais de responsabilidade. A SEEC está, em nosso entendimento, levianamente, fazendo uma experiência que vai recair sobre as crianças, e isso é muito sério. Convém que a Senhora Secretária da Educação avalie bem o alcance de suas decisões.

Para complementar, Professora Gilda Poli, nossa preocupação não é nenhuma a não ser do objetivo maior da educação, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes. Tenho dito nesta tribuna e nesta Assembléia por várias vezes, que tenho um profundo medo, do que poderá ocorrer com esta eleição. O Deputado Aírton Cordeiro já indagou: também não acredito nesta "democracia participativa", professora Gilda Poli Loures em que três serão votados. E que a vontade da maioria, onde a Democracia tem a sua definição, será respeitada. E eu tenho preocupação. Na minha região já se esboçam alguns desses casos; de uma pessoa que não tem as necessárias qualificações, seja levada numa escola, não por um período que Vossa Excelência poderia determinar, mas por um mandato de tempo certo; nós tivemos no Paraná maus diretores, teremos por quase dois anos que é o mandato que terão esses diretores.

Eu peço a Vossa Excelência, que já que o fato está praticamente consumado, que Vossa Excelência possa avaliar isso; que o futuro, Vossa Excelência possa, com toda a capacidade que Vossa Excelência é possuidora, uma vez que ocupa este cargo, que possa vir a público, vir a nós novamente, dizer que seu plano deu certo, ou não foi possível. E se não foi possível, professora, será muito tarde para correções.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Gostaria de começar agradecendo os esclarecimentos a mim prestados pelo nobre Deputado.

Gostaria também de agradecer a sua preocupação com a educação do Paraná; mas gostaria também, de tranquilizar Vossa Excelência dizendo que em momento algum, esta Secretaria deixou de ter esta preocupação. O que existe, nobre Deputado, são duas visões diferentes, apenas. O Senhor, e eu respeito a sua opinião, é um direito que o Sr. tem, tem uma visão de educação, baseado em tecnologia. Eu tenho uma visão - não eu, a Secretaria de Educação, porque eu sou uma parcela da Secretaria da Educação. Tenho uma visão da educação como um ato político, inserido num contexto social; e o contexto social brasileiro, é um contexto social de pobreza, é um contexto social em que a grande maioria de nossas crianças, nem chega à escola, a grande maioria não chega lá; é um contexto social onde há impedimentos endógenos e exógenos, a que esta criança chegue à escola. Esta preocupação, é que falta a todo instante, a todas as nossas decisões em educação.

O Senhor coloca que em sua cidade, a Associação de Pais e Mestres, é atuante; não vou contestar nem colocar em dúvida sua afirmativa. No entanto, eu tenho provas de que são raras as escolas do Paraná, onde essas associações atuam. E quando atuam, o fazem apenas de forma a participar, apenas para complementar, verbas educacionais. E não é este o entendimento que temos de

uma associação. Uma associação não deve funcionar como um Segundo ou terceiro imposto a pagar; mas ela deve ter participação real na discussão da educação, no planejamento, na avaliação da educação.

Ainda, em seu discurso, o senhor pede que façamos uma correção do pleonismo “democracia participativa”, e eu diria outras correções a respeito desta palavra seriam necessárias.

Existe democracia relativa, democracia gradual, democracia liberal, a palavra Democracia está muito adjetivada, é aqui um pleonismo, porque ela tem, realmente, um efeito de mobilização, chamamento e o pleonismo é uma figura de nossa linguagem, que pode muito bem ser utilizada, quando queremos reforçar o que achamos que deve ser reforçado.

E parece-me que democracia relativa, não é reforço, é limitação.

Não se está, em momento algum, questionando e nem se está priorizando a rede física, se entendemos que há necessidade de construção de escolas, entendemos que no momento, muito mais importante que a construção, que não vamos abandonar, mas não pretendemos fazer nada de grandioso, no sentido de construção, mas no sentido de construir para as nossas reais necessidades sociais, inclusive reestudar a redistribuição da rede física do Estado, que há locais que temos salas ociosas e há locais onde há necessidade de mais salas, nós estamos muito mais preocupados no momento, com a melhoria da qualidade do ensino e entendemos, que só podemos melhorar o nosso ensino, se começarmos pela redemocratização do que está posto.

Porque quando tudo diz respeito ao ensino é decidido por uma cúpula. Não se pode em momento algum exigir dos que estão nela envolvidos, uma participação efetiva; é necessário que professores, pais, funcionários e alunos opinem sobre educação, para que eles se sintam co-responsáveis no momento em que eu não fui perguntado, que compromisso eu tenho, com o pacote que me vem cabeça abaixo, eu preciso participar da decisão, para que eu me empolgue, que eu me envolva, para que eu queira realmente, dentro da minha classe, comprometer-me com o programa, comprometer-me com o social, comprometer-me com a educação e é esta a proposta que fazemos, é uma proposta de comprometimento, a medida...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vossa Excelência permite uma interferência?

Vossa Excelência faz um raciocínio que eu acho lógico, mas partindo desse raciocínio professora Gilda, o seu cargo, por exemplo de Secretária da Educação, teria que ser por eleição direta também, então eu acho que aí não vem ao caso. Vossa Excelência está fazendo um raciocínio, que se levado ao extremo, nós teríamos que ter a participação, Vossa Excelência por exemplo, não teve isso. Foi em função de um Governo que se instalou.

Agora, professora, Vossa Excelência tenta distorcer; eu acho que a eleição, a participação do pai é que não vai dar essa democratização no ensino, professora.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Desculpe, nobre Deputado, não pretendo ensinar o Padre Nosso ao Vigário, perdoe-me. Perdoe-me. Mas veja bem, é uma ingenuidade política, sem tamanho, pretender que um Secretário de Estado seja colocado por eleição. Ora o povo, já escolheu o Secretário de Estado, ao fazer a escolha em quinze de novembro.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O mesmo raciocínio, vale

para Vossa Excelência, que foi escolhida Secretária.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Claro.

Mas, quem está questionando é o Senhor, não sou eu, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Mas a ingenuidade aí é global, professora, perdoe-me.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Não, não. A ingenuidade é o Senhor que está colocando o que me deixa muito constrangida.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem)

(Assentimento). — Para que não se tumultue, desnecessariamente, eu solicito ao Presidente que mantenha a palavra da Secretária e que solicite ao ilustre Deputado Gabriel Sampaio, que se reinscreva junto à sua Liderança, conforme o acordo lavrado no início deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao ilustre Deputado que a ilustre Secretária por deferência concedeu aparte ao nobre Deputado.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu, permita-me, devo responder ao seu discurso. O Senhor discursou, e eu sinto-me na obrigação de responder, por uma deferência, inclusive de Vossa Excelência.

O problema fundamental é realmente, melhoria de qualidade de ensino, não fosse assim, nem justificaria a existência de uma Secretária de Educação.

Já dissemos que temos uma visão diferente. Para nós, ensino não significa tecnologia educacional. Para nós, ensino significa envolvimento, envolvimento com a realidade, envolvimento com o social, mobilização e compromisso; compromisso assumido no sentido de engajamento do processo educacional.

Vossa Excelência desculpe-me, foi contraditório, porque, inicialmente disse que não existia autoritarismo dentro das escolas e depois Vossa Excelência colocar que eleições pulverizariam as autoridades dentro da escola.

Parece-me que isso é uma contradição. Parece-me há uma contradição; realmente existe um autoritarismo e nós queremos que a comunidade sinta-se responsável por esta escola e o diretor se sinta comprometido com esta comunidade. E a forma de comprometimento é o pacto político da eleição e do voto. É o pacto político que existe quando os Srs. Deputados são eleitos, quando um governador é eleito pelo povo.

Eu não deveria, nem dizer isto numa Assembléia que sempre foram os defensores de eleições e conhecem muito bem o que é o compromisso, o que é o pacto político.

Eu diria ainda, por que a eleição irá melhorar o ensino? À medida que houver este comprometimento com a comunidade, haverá também um compromisso de engajamento. Um compromisso de mobilização, um compromisso de ação dentro da escola para que os conteúdos programáticos sejam realmente colocados em ação para que se ouça o professor, que a escola esteja aberta para ser ouvida e à medida que eu serei questionada em minha ação, muito mais compromisso eu terei para mostrar resultados.

Isto é um começo.

É evidente que a ação da Secretaria da Educação não se esgota aí. É evidente que a Secretaria de



Educação não está cuidando exclusivamente de eleições.

A eleição é um processo em curso. Nós estamos todos num processo de reestudo de projetos existentes. Todos eles voltados para a comunidade. Nós estamos, e já enviamos a todas as representações de classes, inclusive, a esta Assembléia através da Comissão de Educação, documentos em que pedimos, um ofício em que solicitamos sugestões para um reestudo do 2º grau. E não estamos pedindo apenas a esta Assembléia, mas também, a todas as sociedades organizadas que debatem o problema que nos enviem material. Na semana que vem, iniciaremos um processo de discussão do material e do livro didático.

Nós não esquecemos em nenhum momento um problema seriíssimo por nós encontrado. Um problema de 14.500 professoras contratadas pelas prefeituras e não contratadas pelo Governo atual.

Encontramos esta situação ao assumirmos o governo que colocou as professoras a serviço do Estado, com um salário em algumas cidades, de Cr\$ 13.000,00 mensais. Estamos estudando uma solução para este problema. Isto é preocupação com melhoria de qualidade de ensino, quando começamos a nos preocupar com professoras que se encontram nessa situação.

E estamos preocupados com a melhoria da qualidade de ensino, quando redimensionamos projetos que construíram escolas; que construíram escolas é verdade, sem consulta à comunidade, chamadas escolas consolidadas onde se criou uma rede de eletricidade sem energia; onde se criou uma rede hidráulica sem água; onde se doou microônibus sem estradas para que esses ônibus se movimentem.

Ora, ao nos preocuparmos com isto, nós estamos nos preocupando com a melhoria da qualidade de ensino.

Então o que é preciso fazer?

É preciso dar condições para que estas escolas funcionem realmente!

Quais os critérios pedagógicos que irão influir na escolha, plano de trabalho, o currículo do professor, a sua atuação, o professor que nós acreditamos que a comunidade saiba julgar porque acreditamos na capacidade do povo brasileiro de votar.

Em nenhum momento questionamos a legitimidade dos que aqui estão presentes, eleito por este povo que vai participar das nossas eleições, a escolha, se mal feita, de quem será a responsabilidade? É claro que da comunidade e da Secretaria da Educação também é evidente, a Secretaria da Educação nunca se omitiu na responsabilidade deste processo, e eu não disse em nenhum momento que este é um projeto definitivo, isso não significa que eu não tenha dimensionado o projeto, mas significa que nós estamos prontos para ouvir a comunidade!

É esta postura que nos diferencia.

Porque a postura autoritária coloca o projeto e fecha a questão, a postura democrática coloca o projeto e abre a questão!

É esta a diferença, talvez seja isso que mais uma vez eu digo que causa estranheza, dá uma impressão assim de fraqueza, onde está a força?

A força do diálogo está exatamente na postura do diálogo. E a postura do diálogo é aquela em que nós nos colocamos frente àquele que nós dialogamos dizendo: "Eu não tenho a verdade".

A verdade será encontrada na medida em que nós conversarmos porque se eu parto para um diálogo, dizendo a verdade é minha exclusivamente, jamais eu teria um diálogo, quando muito, terei um monólogo.

Talvez isto é que cause estranheza, e é exatamente nesta grandeza do diálogo que eu coloco a força da

democracia, onde talvez muitos vejam fraqueza, eu vejo a força, eu veja a legitimidade, a coragem, são visões diferentes, nobre Deputado, respeito a sua posição, é um direito que o Senhor tem.

Não sei o que seria mais aqui que nós teríamos que responder. É um problema, respeito por parte da educação, meu Deus, a Educação é a coisa mais séria que eu conheço, o objeto de toda a minha vida profissional, tão séria que toda a minha vida foi dedicada à educação.

Nunca fiz outra coisa que não trabalhar em educação, e sempre com uma atitude aberta, de diálogo, de questionamento de correção de atitudes, e nunca vi por isso por parte de meus alunos o menor desrespeito, nunca vi, nunca vi...

Nunca vi pulverizada sequer, a minha autoridade porque ela nunca esteve num pedestal.

Eu acho, realmente, concordo plenamente com o Senhor quando diz que a educação tem como objetivo maior as crianças e o adolescente. É claro, evidente, e é digo, um problema de responsabilidade. Não tenho medo da democracia nem um pouco; e por isso, vejo onde vêm fraqueza, eu vejo a grandeza do nosso regime.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Falará, Sr. Presidente, por cinco minutos, e fará suas indagações o ilustre Deputado Odeni Mongruel, Vice-Líder da Bancada, fundador da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professor universitário, vice-presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel, por cinco minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Senhora Secretária, Srs. Deputados. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Tenho a consciência, Senhora Secretária, que educação, como processo cultural, exige tempo. Da mesma forma, a qualidade só pode ser aferida a partir dos resultados. As propostas, as intenções não nos oferecem antecipadamente o sentido de qualidade. Mas é claro, é lógico que devemos aguardar a execução do processo para, aí sim, em cima do fato concreto, comentar a respeito da imposição. Se ela foi um bem ou se foi um mal. A expressão não é minha. É de Santo Agostinho.

Efetivamente, digo, indiscutivelmente, Senhora Secretária, a proposta de eleições diretas, para diretores de estabelecimentos oficiais de ensino, se reveste de aspectos importantes, pois induz, em particular, a comunidade escolar a acreditar, antecipadamente, na isenção de influência política externa na escolha de seus dirigentes. Assim, ao aceno da referida proposta, de participação de estudantes, de professores, de pais de alunos, de funcionários, na escolha de dirigentes escolares, na rede oficial, é indiscutível que essa iniciativa vem impregnada de um certo encanto, que a muitos, no momento, atrai. Sabemos nós, que somos educadores, que uma organização evolui no sentido de se transformar em uma instituição, na medida em que adquire mecanismos próprios para decidir o seu destino, tanto quanto possível, tanto quanto mais independente possível, melhor. Mas também na medida que respondem, eficazmente, aos reclamos da sociedade envolvida, da qual a organização é participante, e é resultado, através da qualidade de seu serviço. Em um painel de encanto, identificam-se pontos de medo, Senhora Secretária. Não vamos aqui nos apegar a questões simplistas, nem vamos aqui repetir colocações que já foram feitas. Apenas quero pinçar alguns pontos que encaro como de

grande relevância para que, historicamente, fiquem registrados hoje, aqui nesta Casa, e que serão, por certo, no futuro avaliados. O nivelamento de professores, artífices do processo de ensino, aos demais integrantes de um programado colégio eleitoral, os estudantes adultos, de cursos normais, noturnos, e de cursos supletivos, simplesmente esquecidos nesta fase inicial na composição desse chamado colégio eleitoral. A repetição comparativa que aqui faço da pedagogia, da pré-escola, do brincando de aprender, estendendo seu processo eleitoral em questão, em que a criança vota e que o Governo escolhe. Se não der certo, esta grande mobilização do próximo dia 17 de junho, no universo do Estado do Paraná, alguns aspectos secundários, como um rescaldo, fornecerão, laboratorialmente, o surgimento através da notoriedade e do treinamento do ato de votar, indicadores de renovação, talvez, dos quadros políticos do amanhã, em cada município deste Estado.

Vejo o resultado educacional talvez prejudicado. Resta, desta grande mobilização referida, estes aspectos que, por certo, serão recolhidos.

A escola, dividindo a atenção do sentido da educação, como desenvolvimento de liberdade e de solidariedade humana, compensando-se como agência de treinamento dessas futuras lideranças, porém, desviando os propósitos dessa instituição histórica, fundamental, na construção da sociedade que todos desejamos. Estas são as minhas preocupações.

Muito obrigado, Senhora Secretária.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Nobre

Deputado, em seu discurso, parece-me que não ficou claro qual a pergunta que eu deveria responder

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu quis colocar a Vossa Excelência, registrando da tribuna, algumas preocupações que me levam ao que chamei “estado de emergência”.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Quer dizer que são preocupações e não perguntas, indagações?

O SR. ODENI MONGRUEL — Perfeitamente. Não são indagações. Se Vossa Excelência quiser discorrer a respeito delas, eu agradeço. Mas se entender de não o fazer, estarei satisfeito.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu estranho que tenha havido um discurso sem indagações. Respeito, perfeitamente, o seu direito de ter preocupações, claro, nem poderia ser de outra forma. É muito importante que todos nós estejamos preocupados com a educação, principalmente em se tratando de um educador que faz parte do Conselho Estadual de Educação. É muito importante que, com isto, esteja preocupado. Eu me permitiria dizer que discordo plenamente em que estejamos dividindo a educação como liberdade. O Senhor coloca que a educação sempre foi uma preocupação com liberdade e solidariedade, e agora, com as eleições, ela passa a ser treinamento. Parece-me que uma preocupação seria esta Concorda?

O SR. ODENI MONGRUEL — Poderá ocorrer.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Nobre Deputado, há de concordar que nessa linha de raciocínio, tantas coisas poderão ocorrer. Nós podemos aqui ficar levantando tantas coisas. Eu só diria o seguinte, que muito mais do que...

O SR. ODENI MONGRUEL — Um dos aspectos pode ser

justamente a proposta que estamos, na tarde de hoje, tratando dela. Obviamente eu não viria aqui, Senhora Secretária, tratar de generalidades, uma vez que ficou bem claro, quando da sua apresentação nesta Casa. Viemos aqui para conversar a respeito da validade ou não, do processo que será deflagrado no dia 17 de junho. Eu entendi de não lhe formular questão alguma, mas é censo meu de consciência e de responsabilidade, registrar que estou aqui cumprindo com o meu dever, neste exato momento, para não repetir as perguntas que já foram colocadas. Fiz estas colocações e que o futuro nos responda. Eu não estou vaticinando que estas coisas acontecerão absolutamente. Eu disse, no início da minha fala, que a qualidade está no resultado e não na proposta. Se não está na proposta, talvez não seja de bom alvitre que fiquemos em cima da proposta, procurando aspectos negativos. Apenas fiz a colocação de que, esse processo, talvez possa nos levar a esses pontos. Tanto é assim, que o registrei como sendo um medo que tenho, diante de tanto encanto, que a proposta do dia 17 de junho está realmente a sensibilizar as grandes multidões.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Concorde, nobre Deputado, só que eu vou registrar mais uma contradição: concordo plenamente quando Vossa Excelência cita Santo Agostinho, dizendo que “a validade está no resultado”. No entanto há uma contradição. Fui chamada por essa bancada, para discutir o resultado! Por isto que eu insisti em perguntar se havia alguma pergunta, porque a contradição, está aí, explicitada em seu discurso.

O SR. ODENI MONGRUEL — Nada impede, na convocação que foi feita a Vossa Excelência. Aliás, é um direito que tenho, que têm todos os nossos companheiros, tanto do PMDB quanto do PDS...

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Claro! Não discuti em nenhum momento, esse direito.

O SR. ODENI MONGRUEL — ... colocar preocupações que tenham, e o faço até mesmo, quem sabe a provocar, no bom sentido, os meus companheiros do PDS e os meus companheiros do PMDB. Sou companheiro de todos eles, e com essas colocações, posso criar condições para que novas indagações sejam levantadas a Vossa Excelência. A minha intervenção teve um objetivo apenas, contribuir, para construir!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa recebe requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Lê):

“Requeiro, com base no Artigo 94, parágrafo único do Regimento Interno, seja prorrogado por mais 2 horas, o prazo previamente fixado para a duração desta Sessão”.

Está em votação este requerimento.— Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado Jorge Maia fará uso da tribuna, por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o Sr. Deputado Jorge Maia, por 5 minutos.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação.

Todo fato novo gera polêmica. E hoje estamos, o Paraná

está diante de um fato novo que, obviamente, geraria polêmica.

Senhora Secretária, não preparei nenhum discurso porque preferi vir pessoalmente, ouvir atentamente para ver se chegaria a alguma conclusão, para que eu pudesse formular alguma pergunta a Vossa Excelência, de uma maneira mais objetiva e mais simplista, isto por ser eu, um Deputado do interior, representando aquele pessoal simples, do interior.

Se me perguntassem se eu sou favorável à eleição direta para diretores, eu responderia honestamente que sim. Depois, talvez, se quisesse responder o que a Senhora perguntou ao Deputado Airton Cordeiro, o por que não fizeram antes, eu poderia aqui assumir esses atos feitos pelos ex-políticos do meu partido, só que não participava de mando político, naquela época. Agora, se me perguntassem se eu seria favorável a esta maneira como estão fazendo, eu diria honestamente à Senhora, que sou totalmente contrário.

Por isto vou formular algumas perguntas, já lhe disse, de maneira simples, para que eu possa levar essas indagações e respostas ao meu pessoal, com o qual estive reunido na semana passada, na minha cidade do interior, e que me dá bastante preocupação. Inclusive hoje, tenho em minhas mãos jornais da minha cidade, de onde irei ler apenas as manchetes, em que diz: "Eleições de diretores ainda não satisfaz o professorado". Não vou ler o conteúdo, porque é um tanto cansativo, nobre professora.

Mais abaixo neste comentário, em um item diz, a propósito de Faxinal, que também é uma cidade que represento, e estou sabendo que as eleições para diretores de escolas vai dar uma verdadeira guerra entre PDS e PMDB. Tomara que isso não aconteça.

Professora, quero fazer uma comparação e queria ver se a Senhora poderia alcançar esta minha comparação e me respondesse depois: vamos transformar a Assembléia Legislativa em um colégio público e em uma escola pública.

Temos aqui na Assembléia, aproximadamente 500 funcionários e 58 Deputados. Na eleição da Mesa Executiva, votam apenas os Deputados. O colegiado não se estendeu aos funcionários, aos serventes.

Fiz esta comparação para perguntar o seguinte à Senhora, professora: é justo, dentro da proporcionalidade, não que eu seja contrário à votação dos pais dos alunos, de uma escola em que os professores representam, com a inclusão agora dos serventes e dos pais de alunos, a base de cinco por cento do eleitorado? Porque entendemos o seguinte, que hoje, com a vida da maneira que está, são poucos os pais de alunos, principalmente em cidades maiores, que têm o convívio e o conhecimento necessário com os professores, também dito por Vossa Excelência que a Associação de Pais e Professores pouco funcionam no Paraná.

Então nós achamos que desta maneira, nesta eleição, seria eleito o professor bonzinho, aquele que tem bom relacionamento com os pais, aquele que tem bom relacionamento com o aluno, porque o aluno será o porta-voz do professor em sua casa. Eu pergunto a Vossa Excelência, como fica a situação dos verdadeiros professores, aqueles pedagogos que trabalham apenas para o ensino e que têm uma liderança natural entre os professores, se não ganharem ou forem eleitos nestas eleições. nesta lista tríplice.

Eu perguntaria à Senhora...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mais dois minutos, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa concede mais dois minutos ao Deputado

O SR. JORGE MAIA FILHO — Procurarei ser mais rápido, Professora.

Não estou afirmando, apenas o que ouvi e senti, inclusive de vereadores e a oposição na minha cidade, que elaborada lista tríplice, será feita a avaliação pelo Diretório do PMDB local. Não estou afirmando, apenas perguntando. No caso, se o prefeito for do PMDB, caso este em que houve, inclusive, uma briga entre o Governador e um Prefeito do interior, como é do conhecimento de Vossa Excelência.

Disse Vossa Excelência que as pessoas que irão dirigir as escolas serão escolhidas por Vossa Excelência e elas deverão estar totalmente afinadas com o seu Plano de Governo. Eu perguntaria; não seria melhor, mais convincente, este ano, escolher estas pessoas pelos currículos ou fazer uma eleição que não é do programa de Vossa Excelência, pois nele consta eleição direta, e esta agora não é uma eleição direta, é uma eleição tríplice, onde o diretor vai ser escolhido por Vossa Excelência e pelo Governador do Estado. Vossa Excelência disse que não aceita dentro da democracia, o voto proporcional, que as promessas de eleições em seu discurso, fazem parte de um processo totalmente democrático. Só mesmo Vossa Excelência acha democrática uma eleição, e como disseram aqui, não quero ser copiativo, em que as crianças votam o governo nomeia.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Nobre

Deputado, parece que mais uma vez não ficou muito claro o tipo de resposta que Vossa Excelência deseja. Os questionamentos colocados já haviam sido respondidos. Eu gostaria que o Senhor formulasse com muita clareza, só uma indagação, duas, o que pretende que realmente eu responda.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Primeiro eu perguntaria a Vossa Excelência, como explicaria eu transportando uma escola municipal para a Assembléia, a não participação dos pais, o não conhecimento dos pais com os professores, que daria um número de noventa e cinco por cento do colégio eleitoral?

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Respondendo

a sua pergunta. Exatamente para provocar esta mobilização, esta aproximação entre pais, professores, alunos e funcionários, é que a proposta foi feita. Não entendemos educação, se não houver um envolvimento de toda uma comunidade. Não entendemos uma educação válida se esta aproximação não for realizada.

Eu concordaria com Vossa Excelência quando diz que todo fato novo gera polêmica. E quero crer, que isto é uma afirmação de que o Governo do PMDB está provocando mudanças, e aqui eu registro mais uma contradição: acabam de afirmar que há um fato novo; e se há um fato novo, há uma mudança; se há uma mudança, há, realmente, o cumprimento de promessas eleitorais que a todo momento estão sendo negadas pela imprensa.

Então, há mais uma contradição no discurso que eu gostaria que ficasse registrada. O fato novo aí está, e a afirmação não é minha. É de quem acabou de ocupar a tribuna.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Vossa Excelência permite interferência?

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Não. Não

vou permitir aparte, inclusive por decisão dos Senhores. Eu pediria por favor que os Srs. se inscrevessem novamente junto à liderança.

A eleição ainda não satisfaz o professorado. Já discutimos isto. Sabemos que esta eleição de lista tríplice sempre foi um anseio do professorado. Não descartamos a possibilidade como eu já disse, numa atitude de abertura e de discussão, de redimensionar o processo se preciso for.

Não sei, eu acho que o problema da proporcionalidade, não deve existir. Já deixei claro em meu discurso, que numa democracia o voto não é voto de qualidade. O voto do povo culto, vale tanto como o do povo trabalhador. O voto do professor, vale tanto quanto um voto daquele que trabalha. Eu discordo de Vossa Excelência quando diz que o professor bonzinho...

O SR. JORGE MAIA FILHO — Eu não disse isso Professora.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — O Senhor quer qualidade em voto.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Ninguém falou isso, a Senhora é que está falando. Eu fiz uma pergunta e a Senhora não está sendo nem delicada ao me responder.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Quem falou em proporcionalidade foi o Senhor, em seu discurso, não fui eu. Se o voto é de proporcionalidade, eu só entendo proporcionalidade se eu der qualidade ao voto, se eu diferenciar o voto do aluno, do voto do professor, do voto do funcionário, do voto do pai. Agora, que peso eu colocarei para diferenciar? Quem vale mais? Qual é o segmento da sociedade brasileira que tem mais valor?

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhora Secretária, não foi essa a pergunta que eu fiz para a Senhora.

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Foi o meu entendimento, me perdoe. Ficou claro que o Senhor quer um voto de proporcionalidade. Outra coisa: dizer que o professor “bonzinho” é que vai ser eleito, é negar ao nosso aluno, ao nosso pai, capacidade de discernimento, capacidade de escolha, e “meu Deus”, todos os Senhores que aqui estão foram eleitos por esses pais. E eu mais uma vez, afirmo a legitimidade da representação dos Senhores que aqui estão. Então eu não duvido em nenhum momento, desta capacidade de votar do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Senhor Deputado, Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira. A Mesa informa a Vossa Excelência que dispõe de cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Secretária de Estado dos Negócios da Educação. Esta Casa se engrandece com o debate hoje aqui realizado. São os parlamentares eleitos legitimamente pelo povo paranaense, nas eleições democráticas de 15 de novembro que hoje recebem visita não só de Sua Excelência, a Secretária da Educação, mas também de ilustres mestres do Paraná, que muito fizeram ao longo dos anos em favor da Educação de centenas de milhares de estudantes paranaenses.

Vejo aqui, para satisfação da Assembléia Legislativa, não só a presença de Vossa Excelência, como a presença de professores, estes agentes do processo educacional, professores às vezes sofridos, professores às vezes mal compreendidos e professores, seguramente desde que

Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, mal remunerados no seu sacerdócio diário, na sala de aula.

Por isto, a Assembléia Legislativa hoje, vive um dia importante da sua história, com um diálogo a respeito da atitude administrativa de Vossa Excelência, e do Governo que se empossou a 15 de março para decidir o futuro daquilo que é mais caro para o cidadão paranaense, que é o processo educacional dos seus filhos; processo educacional que deve ser, e esta é a preocupação superior da Bancada do PDS, pensado, analisado e meditado, para que todo um processo de desenvolvimento estadual não seja comprometido por uma escolha até bem intencionada, mas possivelmente equivocada de eventuais detentores do Poder.

Por isto, Senhora Secretária, ao tempo que registro a satisfação da Bancada do Partido Democrático Social, com a sua presença, com a presença de funcionários da Secretaria da Educação, de diretores de estabelecimentos de ensino, e de representantes da Associação Paranaense dos Professores, trago também preocupação com relação às colocações feitas por Vossa Excelência nesta tarde. E gostaria de iniciar a colocação, Senhora Secretária, dizendo que o embasamento da atitude administrativa da Secretaria da Educação, é a tentativa de democratizar o acesso de professores aos cargos de direção de estabelecimentos escolares. Mas veja, Vossa Excelência, ao mesmo tempo em que se coloca como tentativa de democratização, o próprio Decreto 455 é um decreto autoritário.

Porque Sua Excelência, o Governador José Richa, prometeu nas vésperas da eleição que não governaria através de um decreto. E para fazer uma eleição adjetivada de democrática, Sua Excelência se vale do decreto, ato imperial de vontade do Governador e não recorre ao poder soberano, ao poder letítimo que é o Poder Legislativo que poderia dialogar com as associações de classe, que poderia ouvir o professor do interior, o professor da cidade, para aí sim, através de uma lei complementando o Estatuto do Magistério, estabelecer o critério da eleição.

E não é só autoritária a atitude do Governador José Richa, como também é incoerente com o seu programa pré-eleitoral. E por que é incoerente, Sr. Presidente, Senhora Secretária da Educação? Porque Sua Excelência o Governador José Richa mandava, a cada um dos professores de nosso Estado, uma carta onde ele assumia o compromisso...

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo destinado à liderança está esgotado. No entanto, concede-lhe mais cinco minutos para concluir o seu pronunciamento. Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — A Liderança do PMDB iria oferecer cinco minutos do seu tempo para que o Líder do PDS concluísse a sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa já tomou providências e Vossa Excelência tem mais cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a deferência de Vossa Excelência, Sr. Presidente e igualmente do Líder do PMDB em exercício, Deputado Roberto Requião.

Mas eu me referia ao compromisso do Governador José Richa, consubstanciado numa carta que enviou ao professorado do Paraná. Ele diz nesta carta e a Senhora Secretária de Educação, ocupante de um cargo de confiança do governo anterior deve ter recebido uma carta desta que os

candidatos do PMDB têm apoiado pública e ativamente a luta dos professores, por melhores condições de trabalho e por melhores salários, o que significa uma melhoria na qualidade de ensino. E além de outros dados, o candidato José Richa dizia claramente, num compromisso que assumiu, e Sua Excelência não me parece homem leviano, Vossa Excelência, Senhora Secretária, hoje diz que é um primeiro passo esta eleição para lista tríplice. Diz que verificadas as condições, este foi o passo que foi possível dar. Mas Sua Excelência, o Governador José Richa, não pode ter sido leviano de assumir, na véspera da eleição, o compromisso solene com a sua assinatura para o professorado de nosso Estado, dizendo que haveria eleições diretas para diretores nas escolas de todos os níveis de ensino.

O que observamos é uma eleição para escolha de uma lista tríplice, onde alguns já se sentem antecipadamente cassados, inclusive pela palavra de Vossa Excelência, em debate no Colégio Estadual do Paraná, onde Vossa Excelência Senhora Secretária da Educação afirmou, segundo consta e gostaria de seu esclarecimento, com relação a esta colocação que faço, numa reunião de diretores do Colégio Estadual do Paraná, a Senhora teria afirmado: basta estar, para não ficar. Se o Decreto 455, não impede que o atual diretor - e são 6 mil diretores - seja candidato, essa sua afirmação não constitui uma cassação antecipada dos atuais diretores?

É qual o critério pedagógico, técnico, político ou ideológico, que a Secretaria da Educação irá usar para definir qual dos três candidatos é aquele que terá o beneplácito dos poderosos do dia? Por isso eu vejo a incongruência entre a afirmação solene, o compromisso e o homem público, honrado, ele se verifica na vida pública, quando resgata o compromisso da eleição. O Governador José Richa prometeu ao professorado do nosso Estado, que faria eleição direta. O que hoje nós estamos verificando, na verdade, não é eleição direta, na forma e nos moldes propostos ao professorado às vésperas da eleição.

Tenho ainda, Senhora Secretária da Educação, algumas outras preocupações com relação ao que pode ocorrer, ou que está ocorrendo com a educação no Paraná, com este processo político que avança, e que conseqüentemente asfixia a preocupação do mestre, em conseguir permanentemente, no labor diário da sala de aula, oferecer aos nossos filhos, uma qualidade superior de ensino.

Tenho, Senhora Secretária da Educação, algumas colocações e gostaria de fazê-las, em apenas um minuto, Sr. Presidente: elaborada a lista tríplice, qual o critério para designar o diretor? Em quanto importa as despesas com o pagamento de diárias aos servidores que se deslocaram para as orientações do decreto 455, aos trezentos municípios do Paraná?

Em seus pronunciamentos, a Senhora usa a tônica de que pouco tem sido feito nos últimos anos; ou nada tem sido feito pela educação no Paraná. Eu gostaria, Senhora Secretária da Educação para que a Assembléia aprendesse com o seu currículo, que Vossa Excelência tivesse a bondade de revelar à Assembléia Legislativa, o que fez ao longo do seu exercício no sacerdócio, do seu cargo de professora.

Gostaria, Senhora Secretária, que me dissesse se não há uma preocupação, com relação inclusive à possibilidade de fraude, no dia da eleição; de vez que há dificuldade, no dia 17, para a realização das eleições. E qual o encaminhamento que a Secretaria de Educação está dando a este assunto, para que, realmente, a eleição seja a expressão da vontade dos eleitores? Já que Vossa Excelência não pretende responder, quanto custou a campanha de publicidade, eu faria outras colocações: houve licitação, para a escolha da agência de publicidade, que elaborou a campanha? Essa agência prestou serviços à campanha eleitoral, do então candidato José Richa

ou a campanha dos candidatos do PMDB? Para a elaboração da vinculação, quais foram os critérios aprovados? A Senhora considera esta medida como técnica, ou política?

São estas as colocações que a bancada faz, finalmente, ao tempo em que agradece a presença de Vossa Excelência, neste plenário.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

A SENHORA GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu iniciaria, agradecendo ao nobre Deputado, Líder da bancada, o início de seu discurso, quando tece considerações da mais extrema importância, a respeito da presença de diretores, de professores e desta secretária, no plenário.

No entanto, se me permite, gostaria de começar fazendo uma correção. Eu sou Secretária de Estado da Educação, não é mais dos Negócios, há muito deixou de ser dos negócios, é Secretária do Estado da Educação.

Realmente concordo. Concorde plenamente com a liderança da bancada, quando diz que a classe dos professores é uma classe sofrida, bem sei que o é. Tão sofrida que já apanhou do governo anterior. Realmente muito sofrida.

Concorde, plenamente que a classe é mal remunerada. Só tenho que dar a mão à palmatória, quando o Senhor diz que é mal remunerada. No entanto, Vossa Excelência pertence a um ex-governo que teve dezoito anos para bem remunerá-la e nos cobra agora, em três meses, uma atitude que em dezoito anos não o fizeram. Concorde plenamente que o processo de educação deve ser pensado, analisado, meditado e não é outra coisa que fazemos em nossa secretaria, a não ser pensar, meditar e analisar.

Temos realmente, que responder às suas preocupações, para isso estou aqui. O Senhor classifica de autoritário um decreto, que no entanto, não é um decreto lei, autoritário é o decreto-lei. Este como nós o pusemos, é um decreto, que por não ser um decreto-lei, é passivo de modificações e volto a repetir o que eu já disse mais de uma vez neste plenário: colocamos um decreto e abrimos o debate. Eu diria ainda mais, que a lei pela Assembléia Legislativa fecharia a questão e é o que pretendemos fazer. No entanto já dissemos, que para que isto fosse feito, seria preciso primeiro que a mobilização da comunidade fosse realizada.

Não considero, em momento algum, incoerente o nosso governador, quem faz uma promessa e cumpre uma promessa, se dá o primeiro passo no cumprimento dessa promessa e repito o que eu já disse, não se pode cobrar resultados antes do final e eu estou repetindo palavras de pessoas de sua bancada, que já se pronunciaram. O final do governo José Richa não é hoje, deverá ser cobrado o cumprimento de suas promessas, se realmente ele não as fizer, no final. Mas conhecendo o nosso Governador, como conheço, tenho certeza absoluta que ele as cumprirá.

Não é possível, em três meses de governo, cobrar todo um programa de governo, que deverá ser implantado em quatro anos.

O primeiro passo, não é um passo leviano; o primeiro passo, não é um passo sem pensar. Quanto a eu ter afirmado, numa assembléia realizada no Colégio Estadual, que basta estar para não ficar causa-me a maior estranheza. Isto, eu não disse. Isto eu nunca afirmei, porque, se fosse para isso, estaria contido no decreto que os atuais diretores — seria muito mais

fácil — não teriam o direito de participar. Ao contrário, o nosso decreto permite a participação. Quem disse isto, afirmou mal, ou entendeu mal.

Tenho a certeza absoluta de uma coisa, que não foi a Secretária de Educação quem o disse.

A lista tríplice, eu já disse que será submetida a vários critérios. O critério do plano de trabalho, não vou explicar porque já me detive muito tempo nisso; do currículo do professor; o plano de trabalho está ou não implementado nessa característica de mudança. E ouviremos também, as inspetoras que conhecem os professores de perto. Em momento algum nós dissemos que ouviríamos diretórios do PMDB, e em momento algum o diretório do PMDB fez esta reivindicação.

Em quanto importa as diárias para levarmos todo este processo ao interior; processo que provocou mobilização; processo que provou debate; processo que provocou esclarecimentos? A Secretaria de Educação deve estar presente. Quatro milhões o total de gastos de gasolina e diárias.

Nós envolvemos nesse processo mais ou menos quatro milhões de pessoas.

Fraude? Porque fraude. Haverá nessas eleições a participação da comunidade que fará parte da mesa eleitoral e depois de uma mesa apuradora.

Quanto a gastos com propaganda, licitações ou não, já esclareci à esta Assembléia, e volto a repetir, que existe no nosso governo, exatamente, para que não haja por parte dos Secretários, qualquer compromisso com propaganda pessoal e é um compromisso nosso, que toda propaganda é feita por um órgão que tem o dever de controlar, de examinar toda e qualquer propaganda: é a subchefia da Casa Civil.

Então, os nossos pedidos são submetidos à esta subchefia da Casa Civil.

Faço uma correção, são 40 mil pessoas envolvidas. Eu disse quatro milhões.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra à Liderança do PMDB para as colocações. Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Gilda Rocha Loures, companheira de partido, Secretária de Educação. Esta Liderança em exercício a cumprimenta pela brilhante e competente exposição, de como o PMDB pretende iniciar a democratização do ensino. E deseja que neste processo, cada vez se integra mais os professores e a sua associação, sem o que, acreditamos, não teremos atingido os nossos objetivos.

Algumas observações sobre a nossa Assembléia de hoje. Evidentemente sobre a participação do partido da minoria, do PDS.

Um Deputado compareceu com o nosso programa de diretrizes e com indagações sobre o custo da campanha; outro Deputado com algumas dúvidas sobre o que seria a Democracia, especialmente a Democracia Participativa; alguns outros estão simplesmente preocupados.

Eu, numa breve intervenção, pretendo repetir uma citação que fiz ontem, lançar um convite para a ação e tecer algumas considerações.

A citação é aquela mesma da plenária de ontem, do velho filósofo Wenceslau Brás, tio pela linha materna do Deputado Edmar Costa, "A prática é o critério da verdade."

E a prática do PMDB é que leva o Governador José Richa a estar pagando aos professores em 1983, os infames descontos que sofreram na sua greve de 1982, por parte do PDS, de seus Deputados e de seu Governo.

O PDS está preocupado com os salários e com a democratização do Poder!

Renovamos hoje o convite de ontem: hoje a noite, às 20:00 horas, na Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, os funcionários públicos federais, que contam e contarão com

o apoio da Bancada do PMDB, reclamam a participação do PDS para apoiá-los na greve que encetam por melhores condições de salário e de trabalho.

Algumas considerações, excelente que a Cartilha de Diretrizes, ontem oferecida pelo PMDB aos companheiros da minoria, seja hoje a sua Cartilha de plenário. Um partido que durante vinte anos funcionou sem princípios e sem programa, encontra agora sólidos objetivos e uma razão para sua existência.

Menos do que a Oposição, eles serão os fiscais do nosso programa.

O Sr. Gabriel Sampaio — Sr. Presidente, como nós estamos hoje recebendo a visita da Professora Gilda, e não temos aqui o direito de apartear o orador que está, no nosso modo de ver, desviando-se do assunto, da inquisição da Srª Secretária de Educação. Não podemos permitir que o Sr. representante da Liderança do PMDB venha atacar a nossa bancada, porque nós não temos direito de responder.

Acho isso profundamente anti-democrático, porque quando nós inquirimos a Srª Secretária, fizemos para esclarecer as nossas dúvidas e colocar os nossos problemas. Agora, o Sr. Roberto Requião, da tribuna está desperdiçando o seu tempo para atacar a nossa bancada que não tem direito à resposta! O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa pretende responder a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Gabriel Sampaio.

É evidente que a Sessão de hoje se destina ao esclarecimento de dúvidas quanto à política da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Por outro lado, a Presidência não vê como proibir que o Deputado, para chegar ao assunto que interessa a esta reunião, faça alguns comentários como foi feito também por Deputados da vossa Bancada. No entanto solicita aos Srs. Deputados, para que possamos dar praticidade à esta reunião, que se atenham ao tema da colocação.

Com a palavra o Sr. Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Em seguida vamos às dúvidas levantadas pelo próprio Deputado que pretende me censurar. Deputado Gabriel Sampaio, sobre o processo democrático e a democracia participativa.

O que é a democracia participativa? evidentemente que para as pessoas que representam o velho Paraná, o Paraná que não aceita as mudanças, o Paraná do neopotismo, do compadrio, a democracia participativa é uma realidade perigosa; é realmente uma proposta avançada de democracia. Participarão de quem? Das elites? Do Poder econômico? Não. O que estamos pretendendo, agora, ao inovar o conceito da democracia representativa e da democracia constitucional, elaborada a partir das normas instauradas nos Estados Unidos, dando, em linhas gerais, as garantias individuais e os procedimentos do Estado, é introduzindo a participação do povo no processo político. Democracia participativa não significa eleição em todos os níveis. Aquilo que é democracia no processo geral de um Estado não pode ser transplantado, automaticamente, para a vida das pequenas comunidades. Democratizar uma família não significa eleger o pai e a mãe; mas significa abrir a família para o diálogo e a atualidade do momento social em que vive. Os Deputados do PDS, realmente, têm muita dificuldade demonstrada na sua prática, neste plenário, de entender esses conceitos. Mas nós acreditamos que agora, com a leitura criteriosa do livrinho do Governador José Richa, esses obstáculos sejam removidos.

Por outro lado, a preocupação e sabemos que quem se preocupa, não se ocupa. Nós não procuramos conhecer a realidade para nos preocuparmos com ela, e sim para modificá-la. O período da preocupação do PDS, já devia ter-se esgotado nesses vinte anos de poder discricionário em que nada se mudou neste País.

Nós estamos, não preocupados, mas convocamos os Deputados do PDS para essa ocupação que é viver a experiência da lista tríplice; a tentativa de democratização do ensino; conosco analisá-la; tirar conclusões; reestudá-la; novamente redigir um projeto; talvez, desta vez, um projeto de iniciativa do próprio Legislativo para consolidarmos, de uma vez por todas, um processo que não será corporativo, porque a democracia subsiste em cima da prática partidária, e não é e nem será nunca a soma aritmética das reivindicações corporativas, mas se realizará por propostas políticas, urdidas em partidos amplos, com profundas ramificações em toda sociedade organizada. Aí teremos a condição de, em cima da experiência do Governo Richa e da Secretaria da Educação, avançarmos um passo a mais, que será necessariamente, dado junto com os profissionais do ensino e com sua associação.

A seguir, esta liderança, em exercício, passa a palavra ao Professor Adhail Sprenger Passos, Presidente da Comissão de Educação e ex-membro do Conselho Universitário da Universidade Católica e Federal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está com a palavra a

Sra. Secretária, antes que o orador faça uso da mesma.  
A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu só gostaria, antes de passar a palavra ao nobre Deputado Presidente da Comissão de Educação, deixar registrada a estranheza dessa Secretária, quanto quanto a alguns fatos: no momento em que o Líder da Bancada do PMDB iniciou sua fala, foi retirado de minha mesa o microfone do Canal 4 e este Canal de televisão também se retirou deste plenário. Não sei porque, só quero deixar registrada a minha estranheza. Estranho também, que no mesmo instante tenha se retirado o Presidente da APP, que esteve presente durante todo momento. Estranho.

Só registro a minha estranheza. Registro também que a Liderança do PDS tenha se retirado; todo mundo, no mesmo instante. É apenas um registro. Não tenho contestação a fazer. É só o que gostaria que ficasse registrado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

A Liderança do PDS está representada na presença de três Vice-Líderes aqui presentes. O Líder também está aqui presente, está dando uma entrevista e deverá voltar ao plenário, mas a liderança está representada por nossa pessoa e mais dois Vice-Líderes.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está registrada a posição de Vossa Excelência, digo, a posição levantada por Vossa Excelência.

Com a palavra o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos. Deputados, Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação do Governo Richa.

Quero abordar e pretendo ser breve, em primeiro lugar, voltado à preocupação de uma das diretrizes gerais do Governo José Richa: a democratização do Poder. Dizer que esta mudança que se pretende instalar, no processo de escolha dos diretores de escola do sistema estadual de ensino, pretende, em suma, acelerar o processo evolutivo da sociedade como um todo.

E, como toda e qualquer mudança social que se pretende, acarreta restrições, acarreta medo a determinados segmentos da sociedade, justamente aqueles segmentos apegados às maneiras já superadas de proceder social.

Isto é normal e não deve nos estranhar.

A democratização do Poder, portanto, vai atingir o sistema escolar de ensino, na direção das escolas, porque a comunidade diretamente ligada com o processo educacional, tem o direito e o dever de participar do processo de escolha dos diretores de escolas e o Decreto 455 é o mecanismo inicial para desenrolar, o processo, um processo que vai, efetivamente, acabar com o atendimento pleno daquilo que está nas diretrizes do Governo.

Aqui já foi dito e procurado explicar alguns aspectos da chamada erroneamente "democracia participativa", participação de todos e não de algumas parcelas da sociedade.

Mas, essa participação, através de uma lista tríplice para

escolha de diretor de escola, não é novidade no governo passado.

Eu tenho aqui, em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um processo relativo a determinadas escolas do Município de Palmas. Tenho aqui em mãos um ofício do Secretário da Educação da época, o Professor Edson Machado de Souza; ofício de 26 de maio de 81, que determina à professora-inspetora regional do ensino de Palmas, a proceder eleição visando a composição de lista tríplice, para escolha de diretores dos seguintes estabelecimentos de ensino da cidade de Palmas.

Mas, por que só Palmas é que deveria, poderia escolher o diretor através de lista tríplice?

É porque lá a imposição do comando político não foi possível (comando político da época) para escolher o diretor, porque havia briga no partido que detinha o poder político.

Então lá, como eles não conseguiam indicar coercitivamente o diretor, "façam eleição para lista tríplice".

Não é novidade, portanto, no Governo do PDS.

Porisso, estranha-me a celeuma que fazem, ao querer implantar um início de processo de democratização do poder nas escolas, quando o PMDB no Governo inicia esse processo com o Decreto 455.

Era o que eu queria assinalar neste momento, ao iniciar a minha presença nesta tribuna.

Secundariamente, gostaria de dizer que este processo, como de resto qualquer processo social — e educação é um fenômeno social, e a sociedade é dinâmica, portanto, devemos entender como um processo — tem que ser educativo, e este processo que estamos iniciando com o 455, para educar a sociedade como um todo. Educar, para quê?

Para o exercício da democracia, porque sabemos que nessa sociedade brasileira, ainda não estamos com a democracia implantada nos seus campos mais perfeitos, e nós precisamos desencadear um processo educativo, e a escolha de diretores das escolas, atingindo a comunidade toda do Paraná.

É um processo educativo.

Por isto, se justifica inclusive a propaganda que aqui foi mencionada e que todos nós tomamos conhecimento. Mas nesse aspecto, eu quero assinalar que não é uma propaganda personalizada. Lá não está o nome do Governador; lá não está o nome da Sra. Secretária, é uma propaganda institucional, é uma propaganda visando a educação do povo, para a democracia, para a participação no Poder.

Eu queria dizer também que, quanto à verba que foi tanto aqui comentada, dizer a Vossa Excelência, Sra. Secretária, que continue ignorando a Senhora, as verbas gastas em propaganda do Governo, porque este governo que se instalou no Paraná a 15 de março, é um governo que pretende estabelecer a divisão do trabalho. Comunicação social há, um órgão competente, para levar ao conhecimento do povo tudo aquilo que o Governo está fazendo e pretende fazer. É centralização e divisão do trabalho; centralização na decisão e na execução.

De maneira que não estranho, e a senhora não precisa se preocupar com a falta desses dados a esta Casa através de Vossa Excelência, porque o Secretário de Comunicação, o encarregado do setor de comunicação do governo, há de trazer, porque a liderança da bancada nesta Casa há de providenciar a fim de que a bancada do PDS possa saber o quanto estamos gastando em propaganda, que não é personalizada, é institucional.

Quero também afirmar que esse processo educativo se faz através dessa multiplicidade de reuniões que foram feitas. E a senhora, Secretária, mostrou que tem participado de inúmeras reuniões pelo Paraná inteiro, para levar o processo educativo a todos aqueles que participam desse processo eleitoral nas escolas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo concluir a minha participação, porque outros Companheiros do PMDB, da Bancada do PMDB querem trazer aqui os seus questionamentos.



Quero dizer que esse processo que se iniciou com o Decreto 455, com a própria aplicação do decreto, o processo se aperfeiçoa. Ele vai sofrer aperfeiçoamentos que vão ser desaguados no atendimento daquela promessa contida nas diretrizes gerais do Governo, porque não podemos confundir 90 dias com 4 anos, e haveremos de ter, do Governo Richa, o cumprimento da promessa de eleições diretas, estabelecidas por uma lei que esta Casa haverá de aprovar, já que o processo iniciado com o 455, uma vez aplicado, vai nos dar o aperfeiçoamento necessário para estabelecermos uma lei consentânea com a realidade social, porque ninguém conhece, ao iniciar um processo, a realidade global e total, por mais sábio que seja, porque somos humanos, e portanto, finitos e limitados.

Mas concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que o processo de eleições para a escolha de diretores para as escolas através de lista tríplice, também não é novidade nesta Casa.

Esta Casa já foi honrada por iniciativa do Deputado Nilso Sguarezi, com um projeto de lei cujo processo tenho em mãos, O Projeto de Lei n.º 54/81, que instituiu lista tríplice para provimento de cargos de direção escolar. Tramitou este processo nesta Casa, quando era dominada por uma maioria do partido do governo de então? Não. Este processo deu entrada nesta Casa no dia 05 de junho de 1981, foi distribuído ao Deputado Gabriel Sampaio para relatar na Comissão de Legislação e Justiça, no dia 11 de junho de 1981, sendo Presidente desta Comissão o Deputado Airton Cordeiro. Ainda uma segunda distribuição ao ilustre Deputado Gabriel Sampaio, distribuído por outro Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, portanto, em novo ano legislativo; essa distribuição foi feita no dia 15 de setembro de 82, e Sua Excelência que é tão favorável à eleição direta, não apresentou sequer parecer sobre este projeto e nem ao menos apresentou substitutivo, instituindo as eleições diretas para escolha de diretores de escolas públicas do sistema estadual de ensino.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Só para esclarecer Vossa Excelência, esse projeto já se encontra arquivado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — É evidente que se encontra arquivado, sem nenhum estudo, sem nenhum parecer.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência está citando um documento já arquivado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, vamos continuar esse processo, vamos ter as eleições dia 17 de junho, depois de amanhã. Há muitos erros, Nós só conseguimos acertar, caminhando. É caminhando que vamos ver as nossas imperfeições. Vamos caminhar na escolha dos diretores de escola; vamos colocar todas as imperfeições, todos os erros; vamos ouvir todas as restrições e vamos iniciar um mutirão de debates, para daqui um ano estabelecermos por lei as eleições diretas que é o que desejamos e também o que o Governo Richa pretende, para democratizar o poder no sistema educacional de ensino no Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se ocupará o restante do seu horário. Antes porém, a Sra. Secretária fará uso da palavra.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu só gostaria de agradecer as intervenções, primeiro da Liderança da Bancada do PMDB e do Presidente da Comissão de Educação desta Casa, ambos pelas contribuições que já têm dado na discussão de todo este processo. Agradecemos e esperamos poder continuar contando com a colaboração desta Assembléia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — A seguir, está com a palavra por cinco minutos, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)-

Eu fui chamado ao meu gabinete de trabalho, Sr. Presidente, para ali conceder uma entrevista às televisões do Paraná.

Igualmente o fez o ilustre batalhador pela educação no Paraná, Professor Izaías Ogliari, de quem privo pessoalmente da amizade há muitos anos e que considero um dos grandes artífices dos processos educacionais do Paraná.

E Sua Excelência a Sra. Secretária da Educação estranhou a minha ausência em plenário. Para saciar sua curiosidade, estou dando esta explicação.

Agora, lamentavelmente, Sr. Presidente, estranho que Sua Excelência a Sra. Secretária da Educação pretenda censurar a atitude de um Líder de Partido.

Mais ainda, Sr. Presidente, lamento que Sua Excelência pretenda até censurar o trabalho do Presidente de uma associação que é livre e que não se dobra, como igualmente é lamentável que a Sra. Secretária da Educação, a "pregoeira" da "democracia participativa" pretenda censurar a imprensa livre do Paraná.

Isto é o que se verifica, lamentavelmente, da interferência da Sra. Secretária da Educação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo dizer que lamento profundamente ter apenas cinco minutos que me foram concedidos pela Liderança, através do Deputado Roberto Requião, porque gostaria de falar um pouco mais, depois de tanta asneira e dos farsantes da democracia que usam os primeiros quarenta e cinco minutos desta entrevista, podemos dizer, com a Sra. Secretária.

Lamento profundamente porque a nossa bancada permaneceu aqui em quase toda sua totalidade, para ouvir os Deputados do PDS, e neste instante, temos apenas seis Deputados para ouvir a nossa bancada, no seu horário destinado à Liderança.

Hoje é um dia importante, porque o PMDB — maioria nesta Casa — hoje faz o que a ARENA e o PDS não fizeram ao longo dos quatro anos anteriores, onde estive aqui nesta Assembléia: permitir a convocação de um Secretário, e quantos foram convocados pelo PDS estarão aqui como está a Professora Gilda Poli, no dia de hoje.

Mas vou procurar ser mais breve possível antes de fazer duas indagações a Vossa Excelência, Senhora Secretária.

Usou da palavra, inicialmente, o Deputado que não se encontra neste momento em plenário, Airton Cordeiro. O Deputado Airton Cordeiro se fosse um "jogador de futebol" (me permitam a colocação), seria um excelente "centroavante", porque faria muitos gols porque é um excelente oportunista; O Deputado Airton Cordeiro depois das eleições, apresentou um projeto na Assembléia, para que seja feita eleição direta dos Senhores Professores diretores de escolas.

Isso é a diretriz do PMDB, mas não ficou só nisso, não, para fugir um pouquinho da educação. Oportunista como o é — não sei com que intenção — apresentou um projeto nesta mesma Casa, para que os diretores do BANESTADO fossem somente funcionários do Banco, naturalmente para preservar aquela "quadrilha" que agia dentro do BANESTADO em anos anteriores, e com a qual o PMDB não vai compactuar. E dizia da crise, da despesa feita na campanha.

Eu quero lembrar aos Srs. Deputados (e me perdoe, Sra. Secretária, a Senhora não veio aqui para ouvir isso), mas eu vim aqui hoje para ouvir sobre educação e não ouvir o que falam os

Deputados Airton Cordeiro, Gabriel Sampaio e Luiz Alberto de Oliveira.

Então, dizia o Deputado Airton Cordeiro, e a Senhora disse que não conhecia a despesa porque não faz parte da negociação (e eu concordo plenamente com a senhora). Eu sei qual é a despesa; a nossa Liderança sabe e o povo do Paraná sabe, porque aqui temos um "espelho" da despesa realizada de 80 milhões de cruzeiros distribuídos para 26 jornais do interior nove jornais da Capital, nove emissoras de TV, sete revistas, 126 emissoras de rádio do Paraná, e estão à disposição do PDS...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Houve licitação?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vi em anos anteriores o Deputado Airton Cordeiro se levantar aqui nesta Casa, como no ano passado, e denunciar o "Conselho de Propaganda" do Palácio Iguacu, que era uma verdadeira vergonha, que enriqueceu "malandro" que nunca trabalhou em publicidade. E como em 1981, o Palácio Iguacu tinha uma verba publicitária de 170 milhões de cruzeiros...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — denuncie, prove...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Em 1982 gastaram 780 milhões na campanha eleitoral — esse ano foi reduzido para 555 milhões. E a equipe realmente do Governo, hoje, segundo o Deputado Airton Cordeiro não está "entrosado", nas falcatuas que se realizavam no passado.

O Deputado Gabriel Sampaio se retirou também...

O Sr. Fuad Nacli (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria que essas acusações se tornassem num fato concreto; que fosse feita uma representação ou uma comissão, porque não podemos vir a esta tribuna, a esta Casa ouvir dizer, como temos ouvido diversos Deputados, e forme-se uma comissão e vão botar os responsáveis para que não haja essas conversas na tribuna da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, devo informar ao nobre Deputado Fuad Nacli, por quem nutro um profundo respeito, que não estou falando por ouvir dizer, não, e na próxima semana Vossa Excelência (eu já estou falando em número aqui inclusive, verba do Palácio Iguacu, como era destinada) quais as agências beneficiadas, quais os sócios beneficiados indiretamente. E na próxima semana gostaria que Vossa Excelência aqui estivesse que nós traremos o número.

Como não tive apoio na CPI do DETRAN que derramou 80 mil carteiras frias no Paraná e a bancada de Vossa Excelência não deu apoio nenhum. Como as falcatuas do Porto de Paranaguá com milhões de cruzeiros. Com jantar, Sr. Presidente, de 4 milhões e 800 mil cruzeiros, o prato era de ouro e tenho a impressão de que algum alimento era de um brilhante muito bem lapidado.

Mas falaremos na próxima semana, porque o assunto é a educação. O Deputado Gabriel Sampaio falou que é pleonismo democracia participativa. Ora, em vinte anos, a população aprendeu o que seja democracia, Sr. Presidente, Sra. Secretária.

É participativa porque eles começam a participar, porque não participaram nos anos de ditadura, apoiada pela ARENA e apoiada hoje também pelo PDS.

Falava que educação exige responsabilidade, mas é claro que exige. É por isso que estamos tomando algumas medidas. Talvez não corretas hoje mas serão corretas no futuro, tenho plena convicção.

Agora, o que fez a ARENA, o que fez o PDS quando em 1965 a verba para educação neste País era de 12 por cento do

Orçamento da União e hoje é menos de quatro por cento?

Educação exige responsabilidade, e eu não ouvi ninguém aqui levantar a voz, do Partido da ARENA e do PDS, para contestar isso. Por que vão ferir o general de plantão?

Não ouvi ninguém quando apresentei aqui pronunciamento um requerimento, Sr. Presidente, pedindo algumas informações da FUNDEPAR, porque em 1981, dados da própria FUNDEPAR atestavam que de 7 a 14 anos existiam no Paraná 500 mil crianças sem escola e o Deputado Gabriel Sampaio vem falar em prédios novos, em construções novas.

Por que não falou em 1981? Não que não se deva falar hoje. Tem que falar e tem que cobrar. Tem que cobrar do Sr. Governador, por que não, como nós vamos cobrar, a nossa bancada vai cobrar.

Permitam-me a expressão, senhores professores, pouco acadêmica, nesta bancada ninguém tem "o rabo preso" com o governador ou com secretários. Tem com a sociedade paranaense que está exigindo com os compromissos que iremos cumprir. E disse há poucos dias aqui, que o PDS terá uma grande decepção com o Governador José Richa, porque ele vai mostrar à ARENA de então, ao PDS de hoje, como é que se governa um Estado. Vocês ficarão realmente decepcionados, Srs. Deputados, com o Governador do Estado.

Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Lembrou também o Deputado Gabriel Sampaio que deveria ter eleição também para Secretária.

Acho um assunto até difícil de se discutir. Mas, por que não? Talvez um dia, quando este País viver realmente uma democracia. Ele deve ter se lembrado, quero acreditar, dos Estados Unidos, país onde se vive democracia, apesar de ser totalmente imperialista, onde se elege o Delegado, onde se elege o Xerife, onde se elege o Juiz e também talvez ter se lembrado da sua eleição para Secretário, quando foi Secretário da Educação do Paraná. Deve ter se recordado, como foi votado para ser Secretário da Educação em nosso Estado.

Sr. Presidente, por último, estou aí com o tempo já encerrado, e gostaria de responder ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, mas infelizmente o tempo é curto.

Ato autoritário, eu sinceramente, Sra. Secretária, Srs. Deputados, não gostaria de ver o Governo do meu partido, governando através de decreto, sinceramente.

Queria e quero que esta Casa delibere sobre todos os assuntos, por que não?

Agora, talvez o nosso partido, possa cobrar. Não o PDS. Um partido que governa com "pacote", AI-5, com Lei de Segurança Nacional, que dá apoio à ditadura no Congresso Nacional. Estão aí os mutuários do BNH sendo colocados para fora.

Sr. Presidente, solicito mais dois minutos para terminar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que com esses dois minutos a mais, Vossa Excelência ocupou a tribuna durante 12 minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, temos observado que por insistentes vezes o Líder do PDS tem dificultado a manifestação do orador na tribuna. Pedimos a Vossa Excelência que deixe bem claro, que se ele quiser interromper, que o faça por apartes e que não venha bloquear a excelente manifestação do Deputado que ocupa a tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa esclarece ao nobre Deputado que nesta fase de sessão não é permitido

apartes e toda manifestação fora desse conceito tem sido advertido por esta Presidência. Com a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, ainda dentro do pensamento do nobre Líder do PDS. Alguns erros estão sendo cometidos e ainda serão, é claro, para se atingir o objetivo que pretendemos.

Como diz o “filósofo” de vossa bancada, Gabriel Manoel, “só se começa uma caminhada com o primeiro passo” e estamos dando o primeiro passo.

Agora, alguns erros, temos, é claro. E cito um exemplo, eleição agora, e continuarem alguns diretores, esse é um erro no meu entendimento. Porque o Sr. Governador do Estado, no meu entendimento — posso até contrariar o pensamento de muitos companheiros da bancada e o seu secretariado, já manifestei meu pensamento em algumas reuniões, — tinha que colocar todos os chefes, subchefes, cargos em comissões, diretores, todos para fora, porque compactuaram vinte anos com a malandragem dentro desse Paraná.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Inclusive a Senhora Secretária de Educação foi diretora.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Já tive oportunidade de dizer à Secretária.

O nosso Governo até agora, ocupou 40 por cento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos cargos em confiança do Governo apesar do tremendo alarido que se tem acompanhado na imprensa. Sabiamente talvez o povo do Paraná não tenha me escolhido para Governador, porque eu teria colocado a gatarada toda para fora, no meu primeiro dia de Governo — no dia 16 de novembro.

Eu, apenas para encerrar, quero dizer do processo arquivado. Foi arquivado pela maioria do PDS de então, aqui, em 1981. Estava realmente arquivado, como os senhores serão arquivados, inclusive pela população do Paraná.

Para encerrar, quero deixar aqui, Senhora Secretária, duas perguntas a Vossa Excelência, pedindo desculpas por ter tomado o seu tempo e ter roubado sua audiência. Sem querer fazer média nenhuma, porque não é do meu feitio, mas gostaria que a senhora respondesse, por gentileza...

É, educação realmente, de vez em quando, falta.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Nós temos sido permanentemente cobrados com relação às colocações que fazemos, quando algum Parlamentar do PMDB ocupa a tribuna. Temos feito, Sr. Presidente, em razão das citações diretas, o que não é um comportamento nem ético e nem parlamentar dos Deputados que estão na tribuna de vez que não podemos apartear.

Por outro lado, Sr. Presidente, Vossa Excelência — que está sendo rigoroso no cumprimento do Regimento Interno deveria sê-lo também, Sr. Presidente, no nosso entendimento, quando Sua Excelência o Deputado Nestor Baptista usa muito mais a linguagem para irradiar jogo de futebol do que linguagem parlamentar.

Por isto, Sr. Presidente, é que não podemos concordar que nesta Casa, que pretende ser a Casa do convívio dos contrários, onde todos os Parlamentares do PDS, respeitaram a presença da Sra. Secretária da Educação e não fizeram nenhuma colocação de caráter pessoal com relação à Sua Excelência, não podemos concordar que a linguagem do Deputado Nestor Baptista seja uma linguagem chula, rasteira, própria daqueles que não estão acostumados com a democracia e com a liberdade Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Atendendo a questão

de Ordem levantada por Vossa Excelência, a Presidência sente-se constrangida ao ter que intervir numa fase de reunião como esta. Mas a verdade levantada por Vossa Excelência serve para um e serve para outro. Esta Presidência tem procurado se manter o mais democraticamente possível e para que a Mesa atinja este objetivo, depende muito mais da compreensão dos Srs. Deputados do que propriamente da sua atuação.

Tenho para mim, que tenho dirigido os trabalhos desta sessão com justiça e com a consciência perfeitamente tranqüila. Os excessos verbais que porventura ocorram, as notas taquigráficas já estão previamente advertidas para que sejam expungidas dos Anais desta Casa.

Está com a palavra o ilustre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, para terminar, gostaria de fazer duas perguntas.

Mas queria antes dizer ao nobre Líder, que me sinto muito honrado em ser radialista, profissão que me dignifica e que me trouxe a esta Assembléia, por que não?

Como o chefe do seu país foi ator de cinema e é Presidente dos EUA, como Nelson Marchesan foi Presidente da Câmara dos Deputados e é radialista. Como eu fui. Apenas devo dizer que meu escritório de advocacia, na Cândido de Abreu, está à disposição de muitos companheiros seus que precisarão de advogados daqui para frente. (risos).

Senhora Secretária, gostaria que a senhora informasse a este Plenário qual a situação da Secretaria da Educação, quando da posse de Vossa Excelência e os problemas mais graves. E, segundo, por que, além dos professores e funcionários das escolas, pais e alunos estarão participando das eleições.

Muito obrigado, nobres Deputados do PDS, pela audiência, e nobres Deputados companheiros do meu PMDB. (Palmas) (Sem revisão do orador).

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Para ser breve, mais uma vez, agradeço as palavras de apoio que recebi do nobre Deputado Nestor Baptista.

Diria qual a situação da Secretaria na posse, não teria condições de historiar tudo o que lá encontrei. Algumas coisas já foram ditas. Mas, diria que uma das maiores preocupações e um dos problemas mais graves e sérios, é exatamente a existência, na rede estadual de ensino, de 14.500 professores contratados por Prefeitura e colocados à disposição do Estado com salários atrasados em mais de oito meses. E quero relatar que não faz oito meses que estamos no Governo.

Mas uma situação muito grave, as disfunções que encontramos — que aliás é uma reivindicação da classe e que contamos com a classe para resolvê-las, o problema dos professores desviados de suas funções. Isto não significa que não estejam trabalhando, mas estão fora de sala de aula, porque até hoje não se criou ainda um quadro administrativo para as escolas.

Encontramos também aquela situação que já coloquei aqui. Aqueles projetos elaborados sem estarem inseridos na realidade do nosso Estado. O padrão de ensino, que não é novidade para ninguém, que caiu como um todo, não só ao Paraná como em todo o Brasil. Isto podemos constatar que é um fato real no Estado de Minas e no Estado de São Paulo. Estivemos reunidos com os Secretários destes Estados e eles me colocavam esta situação de descalabro, que esta situação de calamidade pública no ensino, é uma situação nacional.

Por que pais e alunos participarem?

Exatamente para comprometer a comunidade com a qualidade de ensino, para que haja um compromisso entre a comunidade e a escola, para por aí começar, não esqueçam nunca que o processo não se esgota na eleição; é o primeiro passo. É a chamada; é a mobilização da sociedade, é a organização da sociedade, é um envolvimento da sociedade no processo educacional.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB, se usará o restante do tempo que lhe é concedido.

O SR. NILSO SGUAREZI — Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti, por cinco minutos.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Deputados, Srs. Professores.

Antes, eu gostaria de fazer um reparo, que tem se tornado comum qualquer crítica pessoal, de uma pessoa, a um órgão de comunicação e tem se entendido como censura.

Da mesma forma que um jornal tem a capacidade crítica, o cidadão tem o direito inalienável de ter uma opinião e dar uma opinião, sem no entanto praticar qualquer censura.

Quero parabenizá-la, por vossa clara explanação no dia de hoje e pretendo, no entanto, fazer algumas considerações.

Ouvimos dos Deputados do PDS, inúmeras vezes, as palavras “Se não der certo”, “tenho medo”, “desperdício em divulgar uma eleição” que não é eleição. “O processo é uma farsa”, “processo político que avança às escolas”.

Embora pareçam diversos, o que assistimos, advém de uma desordem de descon siderações, daqueles que estão presos nas suas próprias contradições.

Entre defender o “status quo” anterior e defender as propostas totais do PMDB. Entre justificar o que não fizeram e defender o que sabem, será feito. Mesmo com campanha, ainda assim os Deputados do PDS solicitam vossa presença, para esclarecimentos.

Ao mesmo tempo criticam a campanha. Criticam um dos instrumentos que facilitam o esclarecimento do instrumento que informa.

Informam que em Mandaguari foi executada uma eleição atabalhoada, como a justificar um processo anterior; informam que estão preocupados, inclusive, porque o processo poderá causar a discórdia entre os Líderes do PMDB.

Informam que a eleição poderá gerar a queda no nível da qualidade de ensino. Aqui coerentes, dão a entender e preferem que os critérios políticos anteriores — quer dizer, comandos políticos.

Perguntam, quem assumirá a responsabilidade, se não der certo? Esquecendo-se que esta é uma responsabilidade do partido; esta é uma responsabilidade do Governo, mas também uma responsabilidade, à medida que a comunidade está participando, do processo, e é uma responsabilidade comunitária.

Dizem ter medo do que poderá ocorrer com esta eleição, de que pessoas desqualificadas poderão ser eleitas por um mandato determinado.

O medo de eleição não é privilégio de nenhum Deputado do PDS, é de todo o PDS; desconhecem a politização que advém de um processo eleitoral.

Quanto ao medo de que pessoas desqualificadas venham a ser eleitas, mostra o descrédito que os homens do PDS têm na capacidade comunitária, de definir seus próprios caminhos...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, queria fazer um apelo, através da Mesa, ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que se limitasse ao assunto que é a educação. Porque eu não tenho medo de eleição. Eu estou com seis mandatos: um de vereador, um de prefeito e quatro de Deputado. Nunca perdi eleição e não tenho medo de eleição. Então não se dirija aos Deputados do PDS, como se dirige agora.

O SR. PAULO FURIATTI — Portanto, Sr. Presidente, Sra. Secretária, como alguém preso ao “status quo” de vinte

anos pode compreender, o início de um processo de mudança, tanto não compreendem, que como diz o Deputado Anibal Khury, só resta o “jus sperneandi”.

É compreensível que inúmeras contradições aqui postas, é compreensível as contradições e as desordens de idéias do PDS, como alguém poderá ter clareza, sem as dificuldades da prática?

O processo nebuloso que os homens do PDS vislumbram, tenho certeza, absoluta convicção, será dissipado minuto a minuto, ao passo que convivam com a democracia e com a sabedoria do povo, em definir seus próprios caminhos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Só quero agradecer a brilhante intervenção do nobre Deputado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — O líder da Bancada do PMDB, Nilso Sguarezi, utilizará o fim do tempo do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

A Mesa informa a Vossa Excelência que o tempo regimental ocupado por Vossa Liderança até agora é de 42 minutos, restam-lhe três, regimentalmente, e concedo-lhe mais cinco, da mesma forma como foi concedido a outra Liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Excelentíssima Sra. Secretária, Professora Gilda, que de maneira clara, objetiva, satisfaz as curiosidades e preocupações dos Srs. Deputados.

Devo esclarecer a Vossa Excelência, como a primeira personalidade do novo Governo a comparecer, na condição de convocada por esta Poder, de que esta será uma sistemática adotada pela nossa bancada.

Veteranos de mandatos como os nobres companheiros do PDS que aqui se encontram, tivemos em mandatos anteriores, o desprazer de, em várias ocasiões, vermos negados os nossos pedidos de convocação de Secretários de Estado.

Acreditamos, e é compromisso desta Liderança, de que nenhum pedido, objetivo como este, elucidador como este, deverá ser negado por nossa bancada, que dispõe da maioria e tem condições, portanto, de rejeitar qualquer pedido nesta Casa, para sonegar qualquer verdade ou fato relevante que a opinião pública ou setores da opinião pública queiram interrogar do nosso Governo.

Esclarecimento que faço a Vossa Excelência, porque tenho absoluta certeza, não será o primeiro Secretário de Estado, porque nós, integrantes da nossa bancada, também não abrimos mão do direito sagrado de exigirmos aqui a presença de Srs. Secretários de Estado para prestarem as informações que reputamos importantes.

E temos a dizer a Vossa Excelência que não estranhamos o fato de determinada imprensa ter se retirado do plenário em determinado momento, porque isto lamentavelmente tem se tornado uma sistemática nesta Casa.

Quando o PMDB assume a tribuna, cessam-se as luzes deste plenário, que de maneira tão rápida e eficaz tem levado a voz da Oposição neste Estado, consubstanciando assim uma verdadeira democracia, onde a oposição ao Governo do Estado do Paraná está mais presente nos meios de comunicação, diuturnamente, diariamente em programas de televisão, para tentar no seu molde e à sua orientação, informar a opinião pública. Portanto, não estranhe, Senhora Secretária, o procedimento da imprensa que, lamentavelmente, se discordamos dela, é pela maneira sectária como ela tem conduzido o seu trabalho, mas que reconhecemos o direito e defendemos aqui o

direito à livre manifestação da liberdade de imprensa.

Apenas discordamos da maneira sectária, porque não faz o verdadeiro jornalismo, de ouvir as duas partes.

E se a nossa parte está calada no vídeo, é porque, Sra. Secretária, outras razões não foram atendidas para que isto acontecesse.

Mas quero indagar a Vossa Excelência, antes de fazer algumas considerações, uma pergunta muito objetiva.

Primeira, sobre as eleições da próxima sexta-feira.

Vossa Excelência percorreu praticamente todo o Estado, e gostaria que esclarecesse à Casa se na andança que Vossa Excelência fez pelo Paraná, detectou por parte dos alunos, da sociedade, através dos pais das associações, alguma dificuldade em ser informada ou em participar desta eleição, se haverá alguma dificuldade intransponível, para que a sociedade realmente participe desta eleição. Primeira indagação.

A segunda indagação, já de sentido genérico, que Vossa Excelência informasse à Casa com referência às difunções da pergunta anterior que respondeu, quantos funcionários existiam à disposição do Gabinete do Sr. Secretário da Educação e quantos existem atualmente? Se pudesse me dar os números, quantos professores do Estado do Paraná estavam à disposição de outros Estados e quantos atualmente estão

Quero apenas fazer uma consideração para entregar à Senhora Secretária de Estado da Educação o relatório de uma CPI requerida pelo PMDB nesta Casa, em data e no ano de 1976, e nesta CPI, da Educação, destacar um tópico, o relatório final da CPI, aprovada pela maioria da ARENA de então, e diz o seguinte o tópico, do relatório aprovado:

“Deu-se extraordinária ênfase, com poucas discrepâncias, ao método de escolha dos ocupantes dos cargos de Diretor de estabelecimentos por meio de lista tríplice, formada com a participação de todo o corpo docente da respectiva unidade, fixando-se a duração do mandato por dois anos, permitindo a uma recondução.

Tal processo, além de ter já sido provado na prática, dado o seu teor democrático, tem o mérito de diminuir a influência política partidária no setor educacional.

Por outro lado, tendo em vista evitar a repetição de problemas que afetam o andamento da administração estadual pretende-se que os candidatos a tais cargos possuam habilidade específica, como condição para integrar a referida lista tríplice.

Isto a Comissão concluiu sobre o problema da lista tríplice porque sempre, na verdade, foi uma reivindicação da classe do Magistério no Paraná, que já tinha a lista tríplice e perdeu neste período de obscurantismo e de autoritarismo.

E esta mesma CPI concluiu no seu relatório, quando tinha a maioria da antiga ARENA, contestar a legitimidade dos dirigentes de um partido instalado no Poder, favorecer os seus correligionários, sem prejudicar o bem comum e negar a validade do pluralismo; de veículos de representação da opinião pública, negar que o partido político reserve preferência aos seus filiados ou simpatizantes no preenchimento dos cargos de confiança, equivale a retirar o componente subjetivo da confiabilidade, é negar o direito de livre escolha que certamente não está nas cogitações dos nobres Deputados que defendem ponto de vista contrário.

Quando a ARENA tinha a maioria, aprovou este relatório. O que se quer afirmar, dizia o relatório, numa palavra, é que a ingerência política é inseparável da lógica do sistema representativo partidário.

Entrego a Vossa Excelência este relatório, como contribuição de posições já assumidas aqui em 1976, por esta Assembléia, passo às mãos de Vossa Excelência a carta recebida hoje pelo Presidente desta Casa, do Presidente da UPES do Paraná, cuja leitura faço agora.

(Lê carta da UPEZ).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa-lhe que o seu tempo está esgotado e lhe concede um minuto, para concluir.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Gostaríamos de interferir, quando pedimos questão de ordem, educadamente, respeitando Sua Excelência o Deputado Sguarezi, e pedir a Vossa Excelência que lhe conceda mais cinco minutos para que ele termine sua oração.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa já tomou providências neste sentido e concede mais um minuto para que o Deputado conclua seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

Por isso, Sra. Secretária, os nossos respeitos, e a certeza de que assim como aprovamos o requerimento do eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, reconhecemos a validade e a legitimidade da contestação do PDS, porque esta é a democracia que queremos.

É uma APP atuando e reconhecendo a legitimidade dela, e não temos medo, em momento algum, de dizermos “não” às reivindicações que, dentro do nosso entendimento, não possamos atender. Mas, reconhecemos a legitimidade de uma Associação de Classe se manifestar, porque esse é o postulado, o princípio básico de nosso Governo. Como viemos aqui informar o custo dessa campanha publicitária. Nada há a temer no nosso Governo, que é um governo aberto e transparente, e só conseguiremos ser verdadeiramente transparentes, se tivermos o policiamento integral, permanente, como tem feito o PDS. Acredito que isto é fazer oposição.

Mas permita dizer a Vossa Excelência: meus parabéns, meus cumprimentos, pela maneira objetiva com que Vossa Excelência se conduziu. Tenho absoluta certeza que a educação do Paraná foi entregue em mãos competentes, capacitadas, e temos nós, da nossa bancada, a tranquilidade de dizer que esperamos que o nosso Governo possa ter desempenho igual ao que Vossa Excelência vem tendo à frente da Pasta da Educação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Mais uma vez, devo agradecer as palavras que aqui foram colocadas.

E, antes de encerrar, eu gostaria de, rapidamente, tecer mais algumas considerações. Reafirmo, mais uma vez, a confiança que tenho em todos os Deputados aqui presentes, porque os considero legítimos representantes do nosso povo. Mais uma vez quero dizer que esta Pasta está à inteira disposição para o debate. Não vejo nisso nenhuma provocação pessoal. Vejo nisto, isto sim, o legítimo exercício da democracia.

Quero deixar claro que manifestei minha estranheza apenas, nunca, em nenhum momento, de censura, porque no meu entender, a imprensa — como bem disse o Líder da nossa bancada — deve exercer plenamente seu direito de fiscalização e os nobres Deputados o seu direito de fiscalizar as ações do Executivo, como legítimos representantes que são, do Poder Legislativo.

Respondendo especificamente à pergunta que me fez a Liderança: quantos funcionários eu possuía no Gabinete da Secretaria quando assumi: por volta de 90. Agora estamos, entre 40 e 50. Por que não podemos precisar? Porque alguns funcionários que estão em férias e em licença, e por estarem no gozo dos seus direitos, não temos ainda como identificá-los, para verificar se realmente trabalham no Gabinete ou se estão afastados.

Temos que permitir que esse direito que o Estatuto e a lei lhes faculta, seja terminado, para que eles compareçam e

possamos, então, identificar a sua verdadeira qualificação e a sua verdadeira função.

Temos ainda que dizer que, quanto a funcionários à disposição de outros Estados, é um compromisso de nosso Governo de só colocar funcionários à disposição de outros Estados, sem ônus. Por isso, ainda não saíram decretos prorrogando estas disposições que encontramos, porque estamos consultando as pessoas nesta situação, um a um, para saber se concordam com a mudança da regra do jogo. Porque, se não concordarem em ficar sem ônus, terão o direito de retornar às suas funções.

Entendemos que é este também um procedimento democrático. Não vamos, numa penada só, transformar uma situação que vinha ocorrendo há tempo no Estado.

Continuamos permitindo, porque consideramos isso legítimo, que os Deputados Federais, independente da situação partidária, e os Senadores, independente da sigla partidária, tenham o direito de levar a sua esposa, se, no caso, forem professoras, com ônus para o Estado, porque consideramos legítimos esses direitos, porque elas são esposas de legítimos representantes do povo, independente do partido a que pertençam, garantimos a estes Deputados Federais e a estes Senadores este direito. Isto está ocorrendo.

E, ao encerrar ainda, eu gostaria de pedir desculpas ao Plenário, se em algum momento foi incisiva ou agressiva, ao defender os problemas da educação do nosso Estado; é que a educação me apaixonou; a educação é a razão de ser da minha vida; a educação me comove e, ao defendê-la, confesso, não tenho condições de não ser uma apaixonada, porque uma apaixonada sempre fui pelo processo de educação.

Labutei durante toda uma vida em sala de aula, e em cada momento, aprendi, no convívio com meus alunos, e em cada momento, me enriqueci ao exercer a minha função.

Sempre fui uma batalhadora pelos direitos da classe, e reconheço que no Paraná é uma classe organizada; sempre diferenciei a minha luta com o Governo, pelos meus direitos, da minha ação pedagógica dentro da sala, porque o aluno, para mim, é a razão de ser da existência da educação, e com ele eu convivi e, através dele, me realizei como pessoa. Considero a minha vida, importante de ter sido vivida, não pelo muito que fiz, mas pela intensidade com que eu vivi e com que eu vivo a preocupação da educação no Paraná.

Se hoje a minha vida cessasse, eu diria: — que estaria satisfeita, porque vivi intensamente, sem medo de errar, sem medo de voltar atrás quando preciso, e com uma consciência muito clara de que, ao lado da liberdade individual, ao lado da organização de classe, ao lado da existência de toda uma escola, existe um curso, um processo de desenvolvimento social, de desenvolvimento comunitário que precisa ser respeitado quando se fala em educação, e porque acredito que, a verdadeira liberdade de uma pessoa, reside naquela sua liberdade anterior que não se incomoda com os rótulos que lhe aponham, mas que está, isto sim, preocupada com o objetivo mais importante que é o objetivo de uma comunidade, que é um objetivo social de formar cidadãos que possam, realmente, viver o processo democrático.

Quero agradecer a oportunidade que esta Assembléia me dá, de evidenciar mais uma vez este processo pelo qual, confesso, sou uma apaixonada. E quero, mais uma vez, confessar que esta Assembléia terá sempre, na Secretária da Educação, uma defensora do legítimo direito que todos os senhores têm, de legislar sobre a nossa comunidade.

Muito obrigada. — (Sem revisão da oradora)  
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, quer agradecer a presença e a contribuição de Sua Excelência a

Senhora Secretária da Educação do Estado do Paraná, nesta fase de dificuldades e de mudanças que vive o Estado hoje, e dizer e reafirmar à Sua Excelência a Senhora Secretária, de que, junto com o Paraná, a Assembléia vive um tempo novo, nós queremos um Parlamento aberto, um Parlamento onde se crie espaço de participação de toda a sociedade, para que, através do diálogo, da discussão, da troca de idéias, possamos, em conjunto, encontrar as soluções e os caminhos que a nossa sociedade espera.

A SRA. GILDA POLI ROCHA LOURES — Eu gostaria só de deixar, com a permissão desta Presidência, um convite a esta Assembléia como um todo, para que, sempre que possuam dúvidas, para que sempre que queiram nos visitar na Secretaria da Educação, estamos prontos e abertos para recebê-los.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência agradece mais uma vez a vossa presença, e solicita da mesma comissão anteriormente designada, que acompanhe Sua Excelência a Professora Gilda Poli Rocha Loures, durante a sua permanência no Palácio 19 de Dezembro.

Esta Presidência suspende a sessão por alguns instantes, para que essa Comissão acompanhe Sua Excelência.  
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está reaberta a sessão e encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre o prazo de três dias, a partir de amanhã, dia 16 e nos dias 17 e 20 do corrente, para oferecimento de Emendas às Proposições n.ºs 52/83, 62/83 e 68/83, Propostas de Emenda à Constituição do Estado, de autoria de Márcio Almeida, Roberto Requião e do Poder Executivo, respectivamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, apoiada constitucionalmente.  
Recebida. — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/83, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que revoga o disposto no Art. 20, da Lei n.º 7567, de 08 de janeiro de 1982 (CUSTAS JUDICIAIS) Com Substitutivo Geral da C.C.J., aprovado por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado o substitutivo geral.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA, com sede no referido município. Com parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/83, (ex-Proposição n.º 46/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, com interveniência da SUDESUL e objetivos que especificam. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública



a SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS, com sede em Marialva. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 149/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS, com sede na Praça Madre Rafaela Ybarra, s/n, em Marialva-Pr.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1982

(a) GABRIEL SAMPAIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 149/82

PARECER:

Pretende o ilustre Deputado Gabriel Sampaio, com o presente plano de lei de sua autoria, seja declarada de utilidade pública a Sociedade Cultural e Social Anjos Custódios, com sede em Marialva.

Preenche o processo os requisitos legais, estando ainda em conformidade com as normas regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente  
GABRIEL SAMPAIO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1º da Lei nº 7576, de 12 de maio de 1982 (MUNICÍPIO DE TURVO). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 23, de 05/04/83).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Rocha, ocorrido no Município de Sengês. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o funcionamento do módulo policial no Núcleo "Santa Paula", no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Manoel Gomes, ocorrido no Município de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Cidade de Jandaia, pela campanha em favor do bóia-fria e desamparados do Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo alocação de verba visando o asfaltamento ou calçamento no Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles

Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo alocação de verba para a construção de um ginásio de esportes na sede do Município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, pleiteando uma ajuda para a liberação e fixação de um Parque Industrial no Município de Apucarana. — **Aprovado.** Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de um contorno asfáltico (contorno norte), no Município de Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo alocação de verba para a instalação e construção do novo projeto da Estação Rodoviária, no Município de Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de uma ligação asfáltica entre os Municípios de Apucarana - Rio Bom e Borrazópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SANEPAR, através da Secretaria do Interior, visando providências no sentido de ser feita uma dragagem no Rio Ribeirão Caviúna, no Município de Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo estudos junto ao Banestado, para abertura de linha de crédito especial, destinado à compra de máquinas rodoviárias pelas Prefeituras, com juros menores aos praticados em bancos comerciais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e DNER, encarecendo reparos na sinalização das rodovias estaduais e federais do Paraná, conforme pedido da Câmara Municipal de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em apelo, visando a instalação de quatro módulos policiais no Distrito de Pinhais, nas proximidades do Grupo Escolar Antônio Andrade, (Vila Maria Antonieta), do Grupo Escolar Mathias Jacomet (Bairro Vargem Grande), Ginásio Estadual Arnaldo Busato e ponto final do ônibus de Pinhais, junto ao Rio Iraí, no Município de Piraquara. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, apelando no sentido de ser incluída na próxima alteração da Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, a elevação na condição de sede de comarca, do Município de Guaratuba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA,



através da Secretaria do Interior, visando providências no sentido de ser feita uma dragagem no Rio Ribeirão Caviúna, no Município de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a reconstrução da ponte sobre o rio São Francisco, na divisa entre Vera Cruz do Oeste e Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando a implantação da agência daquela instituição financeira, no Município de Roncador. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, das propostas apresentadas pelo Jornal Indústria e Comércio, ao Sr. Governador do Estado, bem como o encaminhamento de cópia do referido expediente à diretoria do Jornal. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de uma agência daquela instituição financeira, no Município de Indianópolis. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a revogação do Decreto Governamental número 623, que tirou o direito do pessoal da Polícia Militar do Estado, contar para todos os efeitos legais, o serviço militar prestado ao Exército Nacional. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão da pavimentação do trecho Cianorte - São Lourenço - Araruna, no plano de asfalto do Governo/Orçamento 1984. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando o cascalhamento da Estrada Cândido de Abreu a Ivaiporã, via Distrito de Ariranha. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando a abertura de uma auto-estrada com cascalhamento interligando os Municípios de Cândido de Abreu e Grandes Rios. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Governador do Estado, no sentido de que determinem a efetivação de uma auditoria no Porto de Paranaguá. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando a construção de um ginásio de esportes no Distrito de Godoy Moreira, no Município de São João do Ivaí. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "O Comércio", do Município de União da Vitória. — Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Coordenadores das Bancadas do PMDB, e do PDS no Congresso Nacional, no sentido de que sejam envidados esforços para a instalação de um DNPM, Ministério das Minas e Energia do Governo Federal. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de ponte sobre o Rio Ribeirão Grande, na localidade de Princesa do Ribeirão, no Município de Ponta Grossa, a qual situa-se no Projeto de Estrada Estadual, ligando Passo do Pupo a Abapã - Rodovia do Cerne. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ciclovia compreendendo o trecho Fugiwara S/A até a Ind. Ciane (antiga Matarazzo), no Município de Apucarana. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, sugerindo sugestões diversas apresentadas pela Associação das Indústrias Moageiras do Milho do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, visando a implantação de um Distrito do DNPM, no Estado do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 214.º aniversário da Lapa, ocorrido no dia 13 do corrente mês. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de agilizar o Projeto "Juruba", do Município de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando a pavimentação da rodovia que interliga os Municípios de Gradesn Rios a Jardim Alegre. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para pavimentação asfáltica do acesso do Município de Mamborê à BR-369, no trecho natural. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banestado, através da Secretaria das Finanças, no sentido de que o Posto Avançado daquela instituição financeira existente no Município de Moreira Salles, seja transformado em agência. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando o asfaltamento do trecho que liga a BR-369 à BR-487, via Mamborê - Madeireira Klabin até o Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de mais cem canais telefônicos para Mamborê, bem como dois troncos com dez aparelhos cada, para o Setor Rural daquele município. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo a agilização no plano de saneamento do Município de Apucarana. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos no sentido de se firmar convênio para a duplicação ou alargamento do viaduto localizado na Avenida Minas Gerais, no Município de Apucarana, bem como melhoramentos na pista (rodoviária), na saída para o Município de Arapongas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando alocação de verbas para suprir parte do pagamento de professores de escolas estaduais, no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo estudos no sentido da implantação do ensino de 2.<sup>o</sup> gra, a partir de 1.984, no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo o envio de quarenta bolsas de estudo, que serão destinadas a alunos carentes do Colégio do Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo a abertura de negociações com o Comando Nacional de Paralisação dos Funcionários Públicos Federais, com cópia para a Associação dos Funcionários Públicos Federais do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Ministra da Educação e Cultura e Secretária da Educação, pleiteando a instalação da Faculdade de Odontologia, em Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião, Paulo Furiatti e Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre a Usina Central do Paraná, junto ao Banestado. — **Em discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, no sentido de que a Biblioteca Pública do Paraná forneça estágios para servidores municipais ligados à área, e auxílio técnico para a preparação de acervos, no Município de Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de que o DER providencie colocação de tubos interligando a Rodovia João Leopoldo Jacomel (PR-415) com os Rios Iraí e Palmital, Distrito de Pinhais, e instalação de semáforos nas Rodovias PR-415 na divisa de Curitiba e Piraquara; João Leopoldo Jacomel, entrada de Pinhais; João Leopoldo Jacomel, início na Avenida . Maringá - entrada para a Vila Emiliano Pernet e João Leopoldo Jacomel, cruzamento com a Avenida Maria Antonieta Santos, na Vila Maria Antonieta. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Coordenador Estadual da Defesa Civil, encarecendo ação da Defesa Civil no Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando a agilização da verba prevista para a construção da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Medianeira, Missal, Santa Helena e Mal. Cândido Rondon. — **Em discussão.**

O SR. NILSO SQUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora-Presidente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de material didático e escolar, que serão destinados aos alunos do MOBREAL, no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais. — **Rejeitado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere.

18 Srs. Deputados rejeitam. 1 Sr. Deputado aprova.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que a TELEPAR, normalize os serviços telefônicos da sede e do distrito de Ibema, no Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, propondo o desencadeamento de uma vasta campanha junto à opinião pública, visando estabelecer um clima de otimismo na população paranaense, após as calamidades das chuvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de providenciar celebração de convênio entre a Universidade Federal do Paraná e o INAMPS, para continuação dos trabalhos da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. — Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, as Lideranças estão encaminhando a Vossa Excelência e à apreciação do Plenário, um requerimento no sentido de que a próxima sessão de sexta-feira, seja antecipada para quinta-feira à tarde. E eu solicito a Vossa Excelência o obséquio de aguardar o final da redação do documento, para que possa ainda ser votado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa ao nobre Deputado que receberá o requerimento, e no entanto não poderá colocá-lo em votação, porquanto não existe número legal para tal, e será apreciado na sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, no sentido de liberar material permanente e de consumo para a Escola Estadual de Piquirivaí - Ensino de 1.º Grau, no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, solicito que Vossa Excelência determine ao 1.º Secretário a leitura do inteiro teor do requerido.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência atende.

É deste requerimento que Vossa Excelência pretende a leitura...

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — É deste, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Após a chamada nominal dos Srs. Deputados).

26 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para deliberações, somente para prosseguimento da sessão.

Atendendo o requerido pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, esta Presidência lerá o teor do requerido:

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, no sentido de que sejam enviados materiais permanentes e de consumo para a escola estadual de Piquirivaí, ensino de primeiro grau, localizado no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão”. Vem com a assinatura do Deputado Rubens Bueno. Está em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/83 e do Projeto de Resolução n.º 48/83.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 149/82 e 18/82.

A Presidência marca ainda uma sessão para sexta-feira, dia 16, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 41 e 55/83.

Levanta-se a Sessão.